

25
de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação da Secretaria de Estado da Emigração para os portugueses no Estrangeiro



EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13	
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Mozambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740	49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16	
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495 15 125	13 19
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	20.15-21.00	15 125	19
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	14.30-18.00	21 700	13	
	18.00-18.45	17 880	16	India (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16
	14.30-18.00	21 700	13	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	(Domingos)	14.30-18.00	21 700 15 125
	18.00-18.45	17 880	16		22.30-01.00	11 790 11 840	25 25
	14.30-18.00	21 700	13				

25
de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Revista «25 DE ABRIL / COMUNIDADES PORTUGUESAS»

N.º 22 — Novembro/Dezembro 1977

Publicação mensal da Secretaria de Estado da Emigração para as Comunidades Portuguesas no estrangeiro

Direcção: Director do Serviço de Informação e Apoio Cultural da S. E. E.

Edição: Serviço de Informação e Apoio Cultural da S. E. E.

Sede: Ministério dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º PisoLargo do Rílvos
Lisboa - PORTUGALComposto e impresso por Mirandela & C.ª
Trav. Condessa do Rio, 7-9
Lisboa

Visita oficial do Presidente Tito da Jugoslávia	2
Tragédia no Funchal	7
«O Brinquedo Através dos Tempos»	8
A Feira de S. Martinho na Golegã	9
Centenário do Nascimento de Teixeira de Pascoaes	16

Mário Soares e João Lima em Paris	18
Conselho da Europa: Duas reuniões em Lisboa	20

Acordo ANOP-SEE	30
Emigração em França — comunicado oficial	31
Colaboração do C.I.M.E.	30
Reunião em Lisboa dos Conselheiros Sociais	32

Os Emigrantes na Literatura Portuguesa	33
A Emigração Portuguesa nos E.U.A. — início do século XX	34

TOME NOTA

Acções de despejo em casas de emigrantes	40
Isonção de sisa na compra de terrenos ou casas	40
Normas reguladoras da importação de armas de caça	42
Cartas de condução em França	43
Aquisição, conservação e perda da nacionalidade portuguesa	43

OS LEITORES ESCREVEM	45
----------------------	----

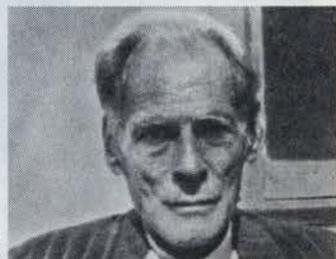
CIRCUITO DE CINEMA	47
--------------------	----

SUPLEMENTO Natal	
---------------------	--



2

VISITA OFICIAL
DO PRESIDENTE TITO
DA JUGOSLÁVIA



16

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO
DE TEIXEIRA DE PASCOAES



20

CONSELHO DA EUROPA



34

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
NOS E.U.A.



COMUNIDADE
PORTUGUESA



Marechal Josip
Broz Tito,
presidente
da República
Socialista
Federativa
da Jugoslávia

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE TITO DA JUGOSLÁVIA

O marechal Josip Broz Tito, Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, efectuou uma visita oficial de três dias à capital portuguesa, a convite do general Ramalho Eanes.

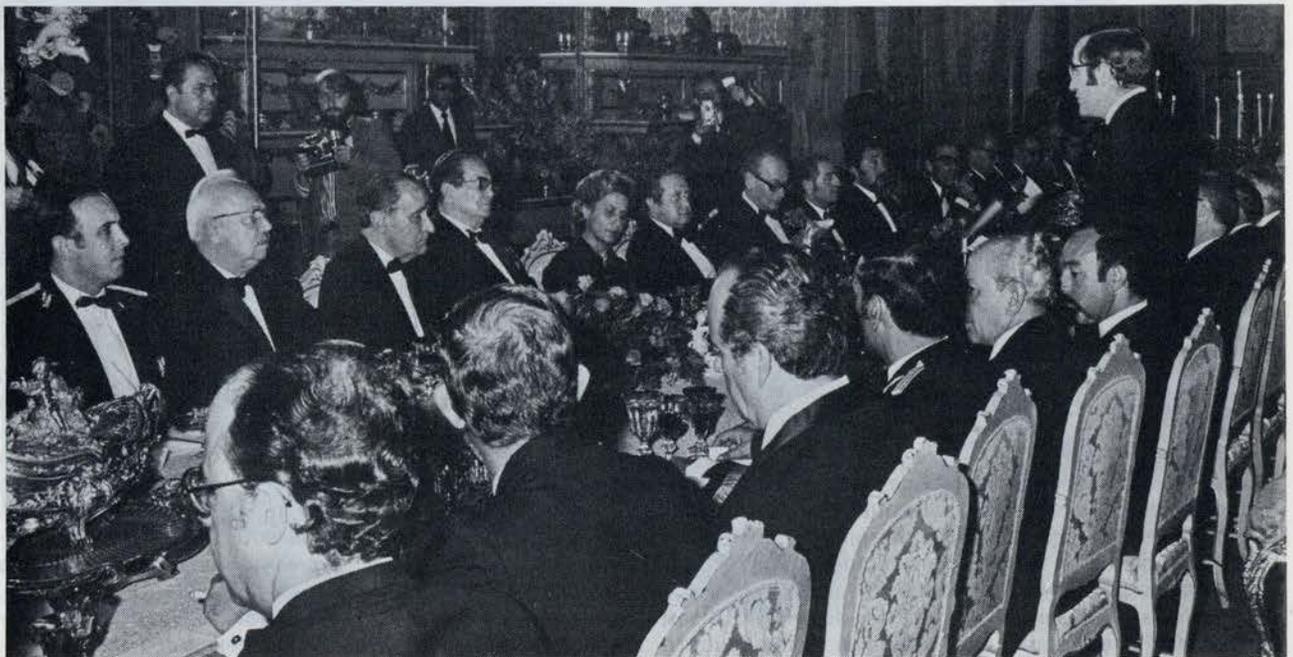
MENSAGENS PRESIDENCIAIS

Antecedendo a chegada do Chefe de Estado jugoslavo ao nosso País, foi divulgada em Belgrado uma mensagem do Presidente português dirigida ao povo da Jugoslávia. Nessa mensagem, o general Eanes enalteceu «o papel histórico do Presidente Tito na construção da República Socialista Federativa da Jugoslávia e na política de não-alinhamento e de cooperação internacional», referindo-se depois ao estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, em 1974, e aos posteriores acordos bilaterais de cooperação em vários domínios de interesse comum. No final desta mensagem, Ramalho Eanes sublinhava que a visita de Tito a Lisboa constituía «exemplo da decisão dos nossos povos em ampliarem o seu conhecimento

mútuo e da sua firme resolução de cooperarem entre si, independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e sociais, tendo em vista o seu interesse mútuo mas também o contributo que ambos os países entendem poder dar para a paz e segurança na Europa e para o desenvolvimento dos direitos humanos e da democracia, para o progresso económico e social e bem-estar dos povos de todo o mundo».

Por seu lado, o marechal Tito dirigiu uma mensagem ao povo português, congratulando-se com as boas relações existentes entre os dois países e recordando que a Jugoslávia «apoiou sem hesitações as mudanças democráticas em Portugal», tendo-as aplaudido «pela significativa contribuição que deram no plano da descolonização». A terminar esta mensagem, o Presidente jugoslavo acentuava, em especial, «a necessidade da actividade mais ampla e da colaboração mais estreita de todos os países europeus — independentemente da sua posição geográfica, da sua dimensão e da sua orientação — tendo por objectivo uma consequente e inteira aplicação do documento final que solenemente adoptámos em Helsínquia».

O Presidente da República ao discursar durante o banquete realizado no Palácio da Ajuda, em honra do marechal Tito



TROCA DE CONDECORAÇÕES

O marechal Tito foi recebido à chegada, no aeroporto da Portela, pelo Presidente português, estando também presentes o Primeiro-Ministro — e actual titular da pasta dos Negócios Estrangeiros —, o presidente da Assembleia da República, membros do Governo e do Conselho da Revolução e outras individualidades.

No decurso de uma cerimónia efectuada no Palácio da Ajuda, o general Eanes condecorou o Chefe de Estado jugoslavo com o Grão-Colar da Ordem Militar de Santiago e Espada. Num significativo improvisado sobre a figura do prestigioso visitante, o general Ramalho Eanes começou por afirmar que «os serviços prestados pelo marechal Tito aos povos da Jugoslávia e do mundo são efectivamente relevantes e de grande mérito». Depois de recordar a acção decisiva de Tito durante a resistência contra a ocupação nazi e «a acção extraordinária que desenvolveu em 1948, tentando e conseguindo que os povos da Jugoslávia fossem no mundo um símbolo de liberdade», Ramalho Eanes analisou a «coerência notável» de que se revestiu a actividade do homenageado no campo internacional, tendo afirmado que ela «representa ou pode representar, em certa medida, um sumário daquilo que poderia ser uma nova ordem moral internacional, em que a independência de todos os países seja para todos os países igual, em que o desarmamento não tenha por finalidade impor soluções, mas apenas defender independências e ainda o estabelecimento de uma nova ordem económica que tenha em consideração o mundo como um todo, e em que os países pobres possam ser protegidos e não explorados como tem acontecido ao longo dos séculos».

O Chefe de Estado português foi depois condecorado pelo marechal Tito com a Grande Estrela da Jugoslávia. O estadista jugoslavo, no breve discurso então pronunciado, referiu-se às características comuns das políticas externas dos dois países, tendo também sublinhado a importância da democracia em Portugal para a Europa, no seu conjunto. «Seguimos com muito interesse o desenvolvimento do vosso País — disse Tito — e desejamos que a vossa revolução, no seu espírito, no seu plano interior, assegure um desenvolvimento tão rápido quanto possível de Portugal».

ACORDO LUSO-JUGOSLAVO

Durante a estadia do Presidente jugoslavo em Lisboa foi assinado um acordo de cooperação económica, científica e tecnológica entre os dois países. Mário Soares, na sua qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, e Milos Minic, chefe da diplomacia jugoslava, assinaram este convénio em cerimónia a que estiveram presentes diplomatas dos dois países, bem como o secretário dos Negócios Estrangeiros e

Emigração, João Lima, e o embaixador de Portugal em Belgrado, Álvaro Guerra.

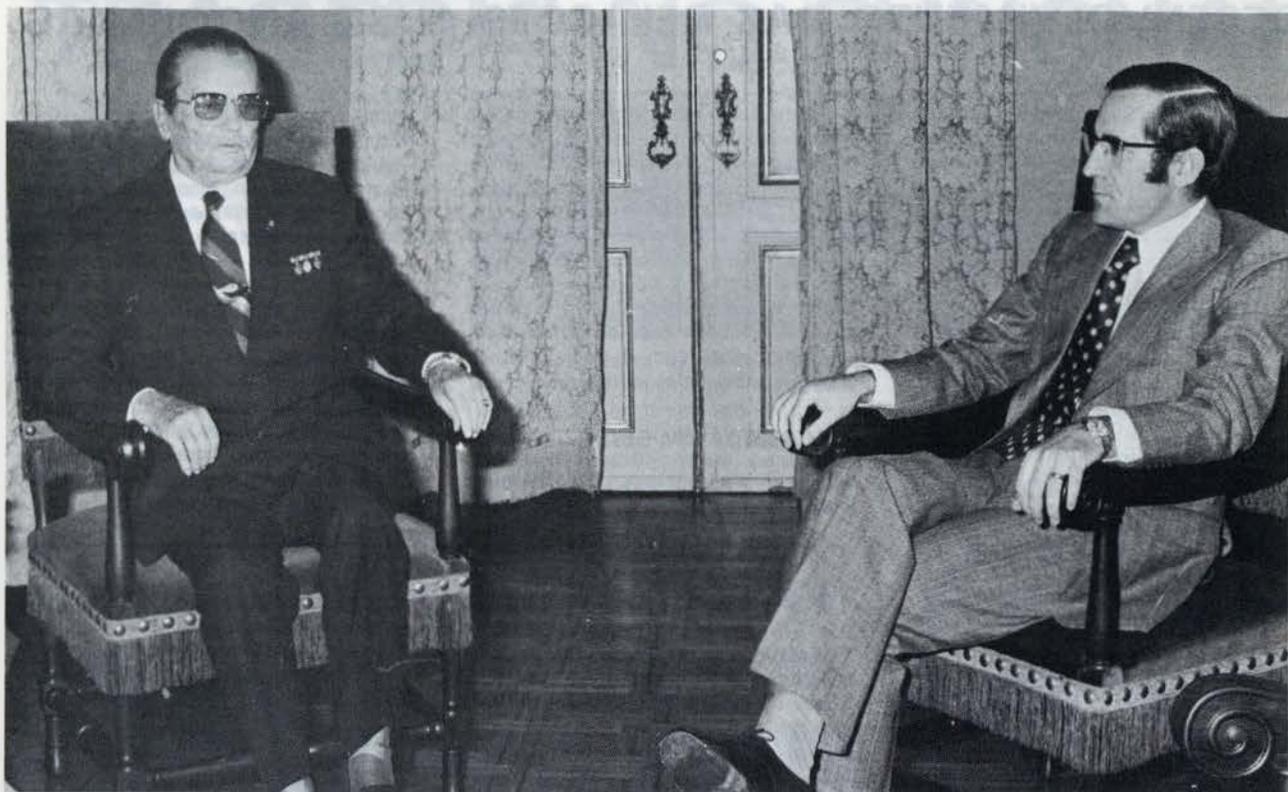
O acordo destina-se a facilitar e a desenvolver a cooperação entre instituições económicas, científicas e tecnológicas dos dois países, citando-se no seu texto, nomeadamente, «a produção e comercialização em comum, o fornecimento mútuo de matérias-primas, a cooperação a longo prazo no sector da produção, investimentos comuns em projectos industriais, cooperação técnica e comercial, realização de trabalhos de investimento nos dois e em terceiros países, realização de projectos comuns de investigação, trocas de peritos no domínio da ciência e da tecnologia, troca de publicações e informações e organização de conferências, cursos, seminários e simpósios científicos». Neste contexto, vai ser criada uma comissão mista que reunirá alternadamente em Lisboa e Belgrado. O acordo é válido por cinco anos e automaticamente renovável por períodos sucessivos de um ano.

FACTORES DE APROXIMAÇÃO

Num banquete realizado em honra do marechal Tito — e que se realizou no Palácio da Ajuda —, o Presidente Eanes pronunciou um discurso em que analisou as relações luso-jugoslavas, desde o momento do seu estabelecimento até ao presente, tendo considerado que «a despeito das diferentes condições históricas e políticas», os dois países «têm em comum — entre outros — dois factores de aproximação fundamentais: uma grande capacidade de comunicação e entendimento com todos os povos do mundo e uma aguda consciência do mais puro conceito de pátria». Ao comentar a importância da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia — que tem estado a decorrer em Belgrado — em relação ao «futuro do nosso continente», Ramalho Eanes sublinharia, a propósito, a identidade de posições assumidas por Portugal e pela Jugoslávia naquela reunião internacional, manifestando a esperança que ela venha a constituir «um passo importante no sentido do desanuiamento» e da «efectiva democratização das relações internacionais».

Em resposta às palavras do Presidente da República Portuguesa, o marechal Tito discursaria a seguir, tendo expressado de novo o inteiro apoio do seu país à democracia portuguesa. Depois de aludir à necessidade de «uma ordem internacional mais justa», o Presidente jugoslavo referiu-se, nomeadamente, aos «perigos para a paz e segurança» no mundo, afirmando acreditar que «nos homens de Estado, o sentido das responsabilidades prevalecerá sobre os interesses mesquinhos de blocos» e que «a tomada de consciência do facto da confiança mútua ser um factor de segurança, prevalecerá sobre as teses tendentes a que a segurança só pode ser estabelecida pela força das armas».

PORTUGAL HOJE



Os Chefes de Estado da Jugoslávia e de Portugal



Álvaro Guerra, embaixador de Portugal em Belgrado

O Primeiro-ministro, Mário Soares, com o Presidente Tito

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-ANGOLANAS

Vai ser criada em breve a comissão instaladora da embaixada da República Popular de Angola em Lisboa, anunciou à imprensa o ministro das Relações Exteriores daquele país, no final de uma visita particular que efectuou a Portugal.

Paulo Jorge anunciou igualmente a próxima assinatura de diversos acordos de cooperação luso-angolanos.

Durante a sua permanência em Lisboa, Paulo Jorge efectuou diversos contactos com entidades oficiais e partidos políticos portugueses, tendo destacado a audiência «muito cordial e positiva» que lhe foi concedida pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes. Segundo o ministro angolano, aquele encontro constituiu uma

O repatriamento dos cidadãos de Angola que se encontram em Portugal está apenas dependente, conforme acrescentou Paulo Jorge, de conversações que se realizarão em breve, «com vista à definição dos meios e das modalidades técnicas e financeiras para se efectuar a operação». Aquelas conversações envolverão os dois países e o Alto-Comissário da ONU para os Refugiados, com o qual, aliás, já foram estabelecidos contactos.

EMBAIXADA EM LISBOA

O ministro angolano das Relações Exteriores garantiu, por outro lado,

que o seu país procederá, «dentro em breve», à abertura de uma representação diplomática em Portugal e à nomeação do respectivo embaixador. Considerando que as causas do atraso até agora verificado se ligam às dificuldades encontradas pelo seu Governo na escolha de pessoas «que estejam à altura das funções importantes» que terá a embaixada angolana em Portugal, Paulo Jorge revelou, no entanto, que «se vai dar, dentro de algumas semanas, um passo importante» nesse sentido, através da criação de uma comissão instaladora da embaixada da República Popular de Angola em Lisboa.

NOVO EMBAIXADOR DA VENEZUELA

Assumiu já a chefia da representação diplomática da Venezuela no nosso País, o embaixador Luiz Rodriguez Malaspina.

Natural de Zaraza, Estado Guárico (Venezuela), o embaixador Luiz Malaspina é graduado em Estudos Internacionais e em Administração Pública pela Universidade do Chile. Desde 1974 desempenhou as funções de embaixador extraordinário e plenipotenciário da Venezuela no Paraguai, bem como outros cargos na embaixada do seu país no Chile.

Em 1959, o dr. Luiz Rodriguez Malaspina desempenhou as funções de chefe dos Serviços de Imprensa e do Serviço de Comissões da delegação da Venezuela à 5.ª Reunião de Consulta de Chanceleres, e foi secretário da representação da Venezuela na 4.ª Reunião do Conselho Inter-Americano de Jurisconsultos, realizado em Santiago. Das suas funções diplomáticas destacam-se, ainda, os cargos de secretário das embaixadas da Venezuela em Trindade e Tobago, Jamaica e México, além do de conselheiro e encarregado de negócios, «ad interim», no Brasil. Ministro conselheiro na Colômbia em 1968 e com idêntico cargo



Luiz Rodriguez Malaspina, novo embaixador da Venezuela em Lisboa



Paulo Jorge, ministro angolano das Relações Exteriores

«útil troca de impressões sobre o desenvolvimento harmonioso das relações bilaterais». Paulo Jorge foi também recebido pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, tendo a este respeito afirmado aos jornalistas que, no decurso da reunião havia sido constatada «a existência de largas possibilidades de cooperação entre os dois países em domínios que serão definidos dentro em breve, com o prosseguimento dos contactos bilaterais».

na Missão Permanente da Venezuela junto da Organização das Nações Unidas em 1972, o embaixador Luiz Rodriguez Malaspina é membro do Instituto Chileno de Relações Públicas; da Associação Venezuelana de Autores e Compositores e do Conselho Fraternal Internacional da Academia Política da Escola de Ciências Políticas e Administrativas do Chile.

TRAGÉDIA NO FUNCHAL

Trinta e três anos depois de ter iniciado a sua actividade, a transportadora aérea nacional (TAP) registou o seu primeiro acidente, a 19 de Novembro passado. A tragédia provocou 130 mortos e 35 feridos, alguns dos quais em estado grave.

O avião sinistrado — um «Boeing 727, denominado «Sacadura Cabral» — cumpria o voo Bruxelas-Lisboa-Funchal e era pilotado pelo comandante João Costa, transportando 157 passageiros — portugueses e belgas — e 8 tripulantes.

A catástrofe ocorreu às 21.45 horas, quando o avião, após várias tentativas de aterragem no Aeroporto de Santa Catarina (Funchal), se fez à pista, no sentido Este-Oeste (de Machico para Santa Cruz); por razões que só os inquéritos em curso poderão revelar, o aparelho não se immobilizou nos 1700 metros da pista de aterragem,



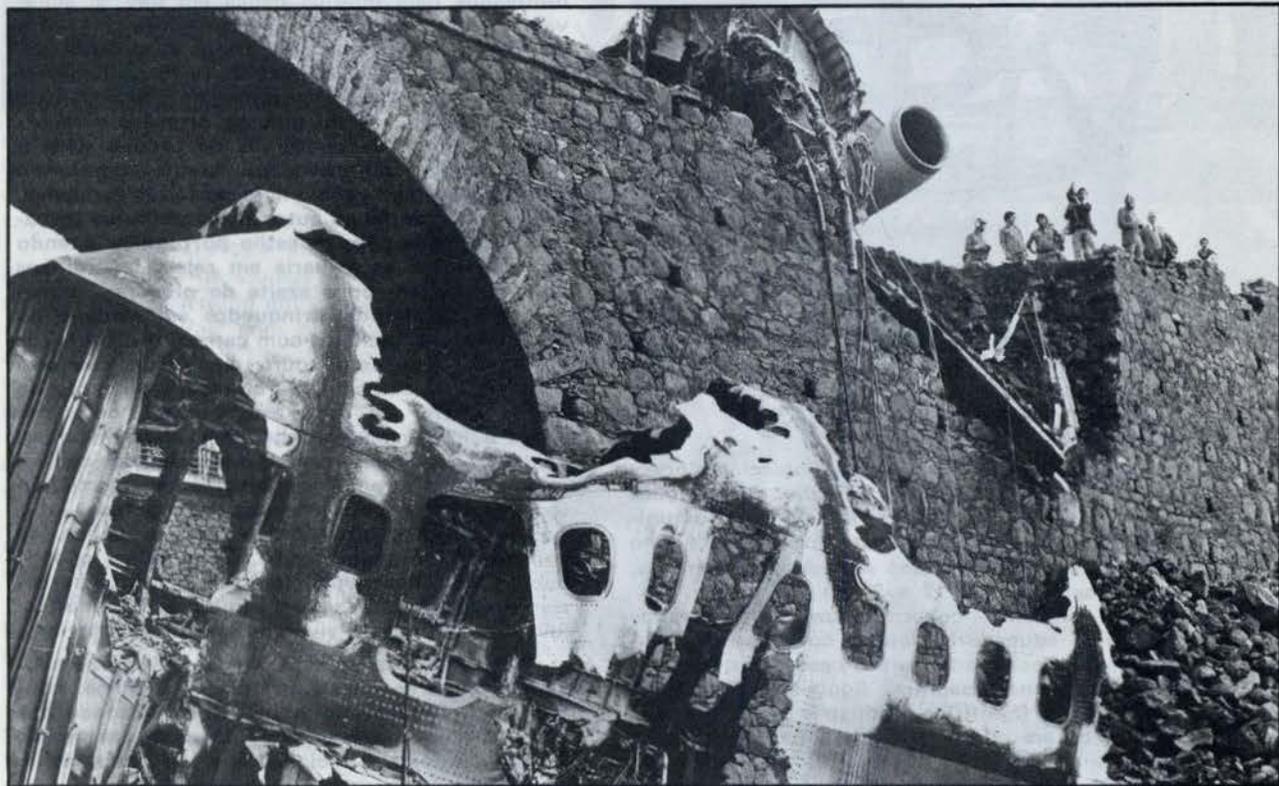
indo despenhar-se mais adiante, no caminho municipal de Santa Cruz, que funciona como ponte sobre a Ribeira do Moreno. Na altura do acidente as condições atmosféricas eram más — caracterizando-se por chuva torrencial e vento Sul — facto que, aliado à falta de iluminação no local, viria a dificultar as operações de socorro.

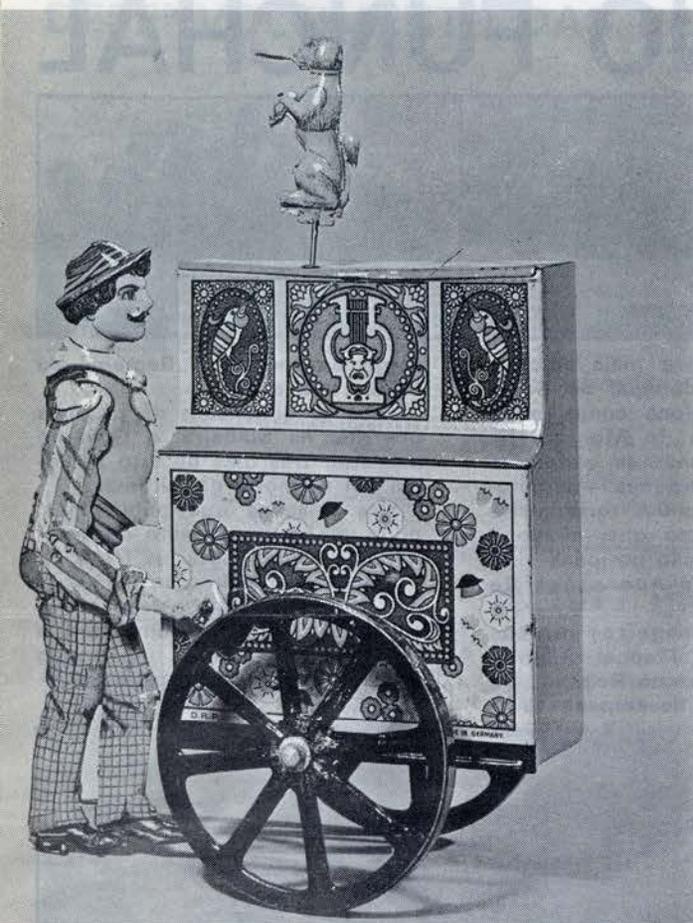
Entre os passageiros mortos figurava o dr. Manuel Alegria, membro do Governo Regional da Madeira, onde desempenhava o

cargo de secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Face às dimensões da tragédia ocorrida na Madeira, o Governo decretou três dias de luto nacional em memória das vítimas.

Nas imagens que publicamos, pode ver-se um aspecto do aeroporto de Santa Catarina (foto 1), estando assinalado com uma seta o local onde o avião se despenhou; as fotos 2 e 3 documentam a violência do desastre, mostrando os destroços calcinados do aparelho.





Um dos brinquedos expostos no Palácio Foz

O BRINQUEDO ATRAVÉS DOS TEMPOS

Organizada pelo «Centro de Coleccionadores» e em colaboração com a Divisão de Relações Públicas da Secretaria de Estado da Comunicação Social, foi inaugurada uma exposição no Palácio Foz, «O Brinquedo Através dos Tempos», que se estendeu de 17 a 31 de Outubro.

Esta exposição constituiu um alerta para os pediatras, educadores, assim como os organismos específicos, como será o caso dos que estão integrados nos Assuntos Sociais, Educação e Investigação Científica, Indústria e Tecnologia, na medida em que é do conhecimento comum a carência de indústria nacional de brinquedos de modo a abastecerem o nosso mercado interno.

Esta exposição, se por um lado teve o mérito de fazer um pouco a história do brinquedo, terá bastado, por outro lado (pelo menos assim o pensamos) para despertar o interesse para quantos nesta indústria poderão investir, cobrindo assim um terreno quase completamente virgem.

A título de curiosidade, salientamos alguns números e estatísticas. Portugal produz muito poucos brinquedos. Só cerca de 10% destes últimos, que encontramos no mercado, são fabricados no País. Por esta ordem de razões, em 1975 foram importados 215 mil contos de brinquedos, em 1976, 300 mil contos, e em 1977, mercê das medidas de contingência, promulgadas pelo Governo, serão importados 120 mil contos de brinquedos. Como se vê, estamos perante uma indústria que, com um pouco de imaginação, oriunda das nossas tradições culturais, se poderá bastar a si mesma sem necessitar de recorrer aos brinquedos imaginados pelos outros.

De resto, esta exposição mostrou algumas espécies do brinquedo popular português.

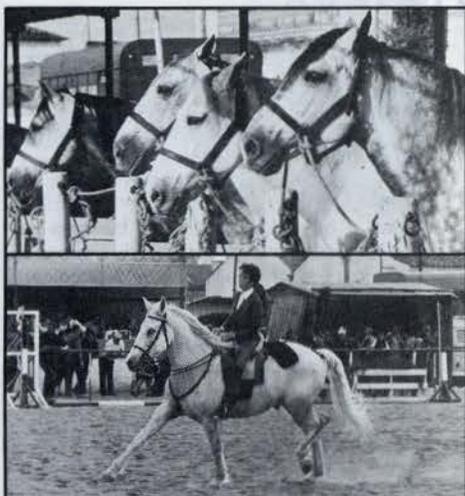
Referimo-nos concretamente, ao fabrico artesanal do Norte com estamparia sobre folha de Ermesinde (1940 a 1958). Em plena segunda guerra mundial as dificuldades dos países beligerantes em se dedicarem ao amor pela criança, motivados pela política bélica em que se achavam envolvidos, levou a activa gente do Norte do País à fabricação de brinquedos de modo a auto-abastecer-se. A falta de folha de flandres, utilizada desmesuradamente na indústria de guerra, obrigou os imaginosos artesãos a recorrerem às latas de conservas de todo o género que pudessem ser utilizadas. Assim, começaram a surgir algumas peças, hoje perfeitas raridades. Apareceram então os automóveis pintados toscamente no mais popular estilo português, e tendo impressos por estamparia em relevo «Sardinhas portuguesas em puro azeite de oliveira», carroças com cavalinhos, brinquedos em madeira de diversos tipos, ciclistas com campainha, toureiros de bandarilhas com touro em sorte, camiões, galinhas que debicam, borboletas e palhaços no trapézio, etc. De todo este arsenal, onde por vezes a imaginação atinge uma graça invulgar, destaca-se a quase total ausência de cópias, sejam quais forem, de objectos de morticínio (como pistolas-metralhadoras, espingardas, etc.) facto extremamente notável para a época, se pensarmos em quanto estes «brinquedos» contribuem para o desenvolvimento de instintos agressivos que, (não raras vezes) à imitação dos adultos, levam as crianças a viverem autênticos dramas...

Por todas razões esta exposição agora realizada, vem preencher uma lacuna e, quiçá, contribuir para despertar não só a curiosidade dos apreciadores, mas também incentivar a criação de uma indústria nacional que, por necessária, se torna a todos os títulos urgente.

A FEIRA DE S. MARTINHO NA GOLEGÃ

A Feira do Cavalo ou a «Feira nada este ano «III Feira Nacional do Cavalo», patenteia ao público uma enorme variedade de exemplares da espécie equídea, oriundos das melhores e especializadas coudelarias portuguesas, assim como também de algumas espanholas.

Esta tradicional Feira, inaugurada todos os anos no dia de S. Martinho (11 de Novembro de cada ano), começou, segundo testemunhos coevos, em meados do século XVIII. A Golegã, localidade ribatejana, elevada a vila por carta de el-rei D. João III, datada de 3 de Novembro de 1534, repre-



breves

...a feira do cavalo...
...o cavalo é cartaz...
...atraindo forasteiros de todos os pontos do País

Quatro imagens características da tradicional Feira de S. Martinho que todos os anos revive na Golegã e onde o cavalo é cartaz, atraindo forasteiros de todos os pontos do País



sentava, ainda há dois séculos, um autêntico centro seleccionador dos melhores exemplares da raça cavalar.

A Feira da Golegã denominada «Feira de S. Martinho» da Golegã foi já típico cartaz polícolor em épocas não muito remotas, com os seus cortejos de cavalos de sela, de tiro, com a exposição dos mais perfeitos e melhores exemplares amestrados para o toureio, saltos e corridas, assim como o seu curso de cavaleiros e amazonas garbosas.

A tradição que este ano se enceta, trazendo até nós alguns dos qualificados apreciadores (e compradores) da Península Ibérica, não destuou dos seus pergaminhos de antanho. No seu dia de inauguração, porém, a comemorar o santo da lenda (S. Martinho) não deixaram de se patentear as célebres provas de água-pé, castanha assada, costume ancestral ribatejano e português.



A BARRAGEM DO ALQUEVA

Foi criado, por decreto-lei, o Gabinete Coordenador do Alqueva, para actuar principalmente na área da bacia hidrográfica do rio Guadiana, podendo estender-se às zonas anexas.

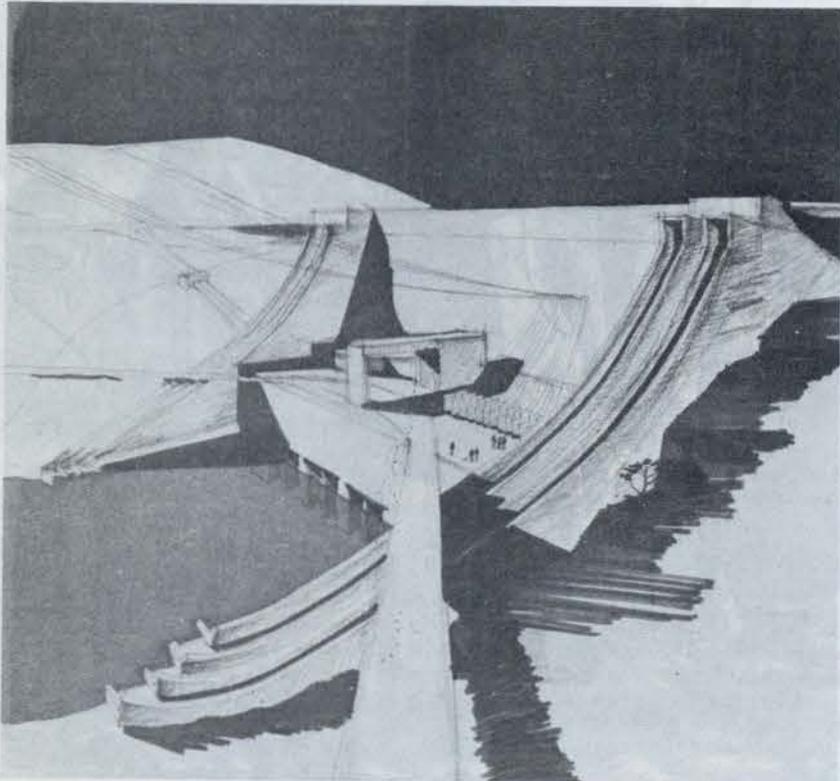
A barragem do Alqueva situada naquele rio e próximo da vila de Moura, está integrada no Plano de Rega do Alentejo e constitui a obra de maior vulto deste empreendimento, o qual engloba ainda doze barragens suplementares, estações elevatórias, condutas forçadas, túneis e canais. A sua importância pode ser confirmada pelos seguintes dados: irrigação de 140 mil hectares de solo arável, ou seja, aproximadamente um terço do máximo que será possível irrigar no nosso país e cerca do dobro das terras actualmente irrigadas (70 mil hectares). Além disso, a barragem cujo custo actual ronda os doze milhões de contos, irá dar origem à maior albufeira da Europa

e contribuirá para a produção de energia eléctrica e para o abastecimento de água às populações das redondezas e às indústrias, principalmente as que se encontram implantadas em Sines.

Ao Gabinete Coordenador, com sede em Beja, compete promover, coordenar, e garantir a execução da obra e também orientar a acção dos departamentos de agricultura, de hidráulica, de energia e outros, as intervenções dos municípios e a actividade das empresas que se encarregarem da execução dos programas do aproveitamento do Guadiana.

Em data recente, um grupo de jornalistas deslocou-se ao local para apreciar a fase preliminar da construção da Barragem do Alqueva e observar dois outros empreendimentos ligados ao Plano de Rega do Alentejo — as barragens do Alvito e de Odivelas, já construídas.

Esboço da barragem do Alqueva (Moura), cuja primeira fase está actualmente em construção



Um aspecto da nova auto-estrada Fogueiteiro-Setúbal

AUTO-ESTRADA DE SETÚBAL

É provável que a auto-estrada de Setúbal entre em funcionamento na segunda metade do próximo ano e que o troço Fogueiteiro-Palmela possa ser aberto ao trânsito em Maio de 1978. As obras desta auto-estrada que ligará Lisboa a Setúbal, numa distância de 27 km, partem do final das vias de acesso da Ponte 25 de Abril.

OBRA DE ENVERGADURA

Segundo informações de técnicos da BRISA, concessionária das auto-estradas portuguesas, esta auto-estrada cujo custo ronda os 40 mil contos, terá 28 metros de largura, duas faixas de rodagem de 7,5 metros cada, um

separador de 4 metros e bermas de 3,5 metros do lado direito, para situações de emergência. No troço de Fogueiteiro-Palmela foram construídas 21 passagens desniveladas, superiores e inferiores e os nós de ligação a outras vias ficarão situados, o primeiro, em Coima, para dar lugar à futura via rápida para o Barreiro e também para os serviços de portagem, de manutenção e de assistência, e em Palmela, o segundo.

TÉCNICA MODERNA

A nova auto-estrada será dotada de técnicas modernas de segurança, correspondendo o seu traçado às necessidades de um mínimo de sinuosidade, para evitar a monotonia, o cansaço e os acidentes.

AUTO-ESTRADA DO NORTE

Pode ainda acrescentar-se que prossegue em bom andamento, a construção a Auto-estrada do Norte, prevenindo-se que, no próximo ano, estejam prontos, mais 32,6 km de via rápida: as ligações de Carregado-Aveiras de Cima (de 15 km), e de Vila da Feira-Carvalhos (de 17,6 km). Os outros troços previstos ou em fase inicial de construção, são os seguintes: Aveiras de Cima-Santarém (19,3 km), Condeixa-Coimbra (15 km), Aveiro-Vila da Feira (26,8) todos até 1982, Coimbra-Aveiro (53,7 km), Santarém-Leiria (70 km) e Leiria-Condeixa (50 km), nos anos seguintes.

Se os prazos de construção forem cumpridos, poder-se-á fazer o curso de Lisboa-Porto, totalmente em auto-estrada, no ano de 1986.

notícias breves

ÁGUA PARA A REGIÃO DE LISBOA

Foi aprovado o caderno de encargos para abertura do concurso internacional para a construção do adutor de Castelo de Bode a Vila Franca de Xira. Este projecto destina-se à execução do troço intermédio do adutor, que ligará Castelo de Bode a Lisboa, com o fim de reforçar, num futuro próximo, o abastecimento de água à região da grande Lisboa. O valor aproximado da construção do adutor (de 72 km), é de um milhão e meio de contos.

IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

O limite máximo de importação de produtos alimentares que era de 24 milhões de contos, foi fixado em cerca de 30 milhões, pelo Conselho de Ministros. Assim, durante o corrente ano, poderemos importar cereais (até 13 milhões de contos), azeites e produtos oleaginosos até 8, 5 m. c.) produtos pecuários (até 3 m. c.), bacalhau (2,3 m. c.) açúcar (1,9 m. c.) e frutas (até 900 mil contos).



PRODUÇÃO DE OLEAGINOSAS

Um despacho governamental recentemente publicado, veio incentivar a produção nacional do cártamo e de girassol. A decisão reconhece as vantagens apreciáveis do cultivo de algumas sementes de oleaginosas no nosso país, especialmente pelo

notícias breves

contribuiu a dar na redução das importações das matérias-primas para óleos comestíveis. A produção daquelas sementes, segundo se prevê, será de 20 mil toneladas, por ano.

OS ACIDENTES NAS ESTRADAS DO PAÍS

Entre Janeiro de 1973 e Fevereiro deste ano, perderam a vida nas estradas nacionais, mais de oito mil portugueses e ficaram feridos cerca de oitenta mil. Estes números referem-se apenas aos sinistros de que a Brigada de Trânsito da Guarda Nacional teve conhecimento e segundo um porta-voz da mesma corporação, representam apenas um terço do total de acidentes ocorrido no período mencionado. Os restantes não chegam ao conhecimento das autoridades, pois são resolvidos pelos próprios que neles intervieram.

Segundo os elementos da Brigada de Trânsito, o mês de Agosto de 1975 foi o mais acidentado de todos os tempos, nas estradas portuguesas.

O número de acidentes subiu de quase 16 mil em 1973 para 20 mil em 1975, e desceu em 1976 para quase 18 mil. O maior número de acidentes mortais (2289) deu-se em 1975.



10 MILHÕES DE PORTUGUESES EM 1981

A população de Portugal ultrapassará os dez milhões de pessoas, em 1981, segundo a pre-



ATÉ AO ANO 2001

A capacidade de resposta das futuras instalações que, segundo se prevê se manterá até ao ano 2001, irá não apenas desbloquear as comunicações telefónicas, como também reduzir substancialmente os prazos das listas de espera dos novos assinantes de telefones.

MAIS TREZENTAS ESTAÇÕES

Paralelamente, desenvolve-se por todo o país, um esforço para melhorar as nossas telecomunicações. Neste momento estão a ser construídos 66 edifícios de estações de correios e telefones e encontram-se projectados cerca de outros trezentos de menor dimensão.



95 por cento das necessidades do sector.

A CENTRAL

O lançamento desta central enquadra-se dentro do plano de renovação dos CTT e tem por objectivo próximo o desbloqueamento das comunicações telefónicas a nível nacional e internacional. O projecto geral, concebido por técnicos portugueses do Centro de Estudos de Telecomunicações dos CTT, ficou a cargo de um consórcio de empresas portuguesas e compreende a parte de construção civil, no valor de 700 mil contos (a terminar até Junho de 1979), as instalações e equipamentos eléctricos e mecânicos (120 mil contos), e o equipamento de telecomunicações (um milhão e meio de contos).

TELECOMUNICAÇÕES DE LISBOA: NOVOS EQUIPAMENTOS

Nos começos do ano de 1980, segundo se espera, entrará em funcionamento na zona das Picoas, um novo edifício para as Telecomunicações de Lisboa, que irá substituir a central existente na Praça de D. Luis, já saturada e sem possibilidade de receber ampliações.

NOVO EDIFÍCIO

O novo edifício de dois blocos que vai ocupar uma área de 27 500 metros quadrados, destina-se a uma estação telefónica inter-urbana automática, com os respectivos serviços de apoio e servirá, ao mesmo tempo, de central de trânsito e terminal de chamadas para os CTT/TLP (Correios, Telégrafos e Telefones - Telefones de Lisboa e Porto). Os equipamentos serão fabricados pela indústria nacional que se encontra em condições de satisfazer

RENDIMENTOS DOS PORTUGUESES

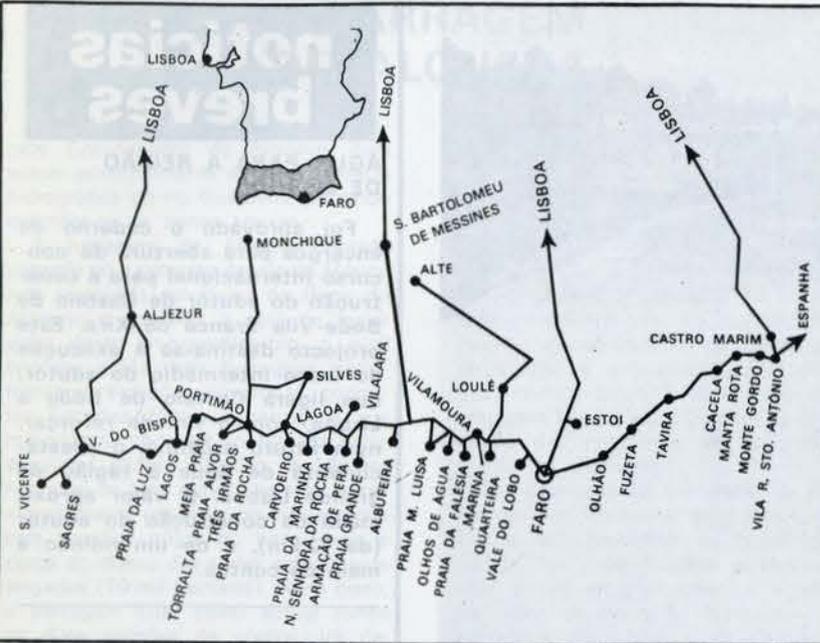
Entre 1973 e 1974, segundo elementos recolhidos e trabalhados pelo Instituto Nacional de Estatística, a maioria das famílias do país tiveram rendimentos anuais inferiores a 90 contos. O inquérito às despesas familiares e os rendimentos de quase 16 mil agregados familiares, apontavam ainda para o seguinte: na época observada, a despesa média anual de cada família portuguesa, rondava os 101 contos nas zonas urbanas e os 62 contos nas zonas rurais.

No que diz respeito aos salários individuais, os últimos dados disponíveis fornecidos pela Secretaria de

Estado do Planeamento, demonstram uma descida brusca, e em certos casos, um recuo para níveis de 1970. Assim, partindo da base 100 pontos em 1968, verifica-se que os salários reais dos trabalhadores da indústria e dos transportes de Lisboa, desceram, no final de Junho do corrente ano, para 92,3 pontos. No Porto, situavam-se no valor 108,2, que pode ser comparado com o do final de 1976: 140,9 pontos. Os salários dos rurais desceram também de 130,9 pontos em Junho de 1975, para 109,9.

Se nos reportarmos agora a dados recolhidos pelo Ministério do Trabalho e referentes ao começo de 1976, verifica-se que, em cada 100 trabalhadores e excluindo os da agricultura que ganham menos, apenas 8,3 recebem salários iguais ou superiores a

10 contos por mês. Estes números podem considerar-se bastante próximos da situação actual, pois, como é sabido, a contratação colectiva esteve até agora praticamente congelada. Nessa altura, começos de 1976, o salário médio nacional, excluindo as actividades agrícolas, era de 6570\$00 (sendo o dos homens de 7164\$00 e o das mulheres de 536\$00). Verificam-se diferenças consideráveis (entre sete-oito e quatro-cinco contos) nos salários dos empregados e dos operários, apresentando os bancários os salários mais altos. Os mais baixos são pagos nos Açores, nos distritos do interior e do norte, acontecendo o mesmo com os salários das mulheres-trabalhadoras, que, em 60 por cento dos casos, recebiam salários inferiores a 5 contos.



ALGARVE: PORTO DA BALEEIRA

Na orla marítima da costa algarvia, vão realizar-se importantes obras portuárias que abrangerão os portos de Lagos, Portimão, Faro, Olhão, Fuseta, Tavira e Vila Real de Santo António, e especialmente a construção do porto da Baleeira, perto de Sagres, a 5 milhas do Cabo de S. Vicente. Os projectos aprovados e cujas empreitadas já foram em parte adjudicadas, vêm resolver um problema antigo e contribuir para um melhor aproveitamento da costa algarvia.

As obras a iniciar ainda este ano na Baleeira, praia que beneficia duma situação privilegiada no extremo poente do Algarve, destinam-se a completar o abrigo de uma parte considerável da enseada, através da construção de um quebra-mar. Depois de concluído, em 1980, o porto da Baleeira servirá a navegação de pesca e de cabotagem das frotas da região algarvia que vão pescar na costa oeste, ao largo do Cabo de S. Vicente e também aquelas que, deslocando-se da costa ocidental, demandam rotas próximas deste cabo.

A primeira fase das obras compreende

um molhe com 400 metros de comprimento, um cais com 120 metros a fundos de seis metros, um cais de abastecimento, dois passadiços com cerca de 150 metros cada e destinados à atracção das embarcações de pesca que estacionem no porto, uma rampa-varadouro, a terraplanagem de um lugar para reparação de pequenas embarcações e instalações de terra. No conjunto, serão investidos, até 1980, cerca de 200 mil contos nestas obras. O porto disporá de uma área profunda de manobra e fundeadouro com cerca de 300 metros de largura e de uma área abrigada de 12 hectares.

Note-se que, entre Setúbal e Portimão, numa distância de 115 milhas, não se encontra nenhum outro porto de abrigo, e mesmo quando acabado, o porto de Sines ficará a 83 milhas de Portimão. Mas, uma vez construído o porto da Baleeira, esta distância, que oferece sérios riscos à navegação costeira, será apenas de 63 milhas para Sines e de 20 milhas, para Portimão.

notícias breves

visão feita por um técnico do Instituto Nacional de Estatística. Concretamente, os portugueses serão, nessa data, 10 025 900 (4749,3 milhares de homens e 5334,2 milhares de mulheres). A previsão baseou-se nos acréscimos verificadas em 1974 e 1975, cuja origem reside na vinda dos portugueses das ex-colónias e na diminuição das pessoas que emigram do país.

OS VINHOS PORTUGUESES

Portugal, ocupa o sexto lugar entre os produtores mundiais de vinho, afirmou um membro da comissão de gestão da Junta Nacional de Vinhos, Bento Carvalho. De facto, a nossa produção média anual de vinho no último decénio ronda os dez milhões de hectolitros, tendo atingido no ano passado, os nove milhões. Bento Carvalho disse ainda que cerca de 235 mil trabalhadores rurais, ou seja, 20 por cento da população activa agrícola portuguesa, se dedica à produção de vinho, numa área aproximada de 350 mil hectares.

No país, existem 133 cooperativas e 180 mil produtores, dos quais 96 por cento produzem menos de 250 hectolitros. Aquele técnico revelou também que o consumo interno anual de vinho anda pelos sete milhões de hectolitros, o que representou cerca de 3,7 milhões de contos de divisas entradas no país.

Quanto ao Vinho do Porto, a exportação em 1976, não chegou ao meio milhão de hectolitros, mas no corrente ano, até fins de Julho, foram exportados quase 250 mil hectolitros (mais 14 por cento que em igual período de 1976). Entre os principais países importadores situam-se a França e a Inglaterra, seguindo-se a Bélgica, a Holanda, a Alemanha Federal, a União Soviética, a Itália e a Dinamarca.

O TURISMO EM PORTUGAL

RECUPERAÇÃO DO TURISMO

Para este objectivo se atingir em pleno, torna-se necessário resolver alguns problemas pendentes, como sejam os que se referem à redimensão das estruturas turísticas; à entrada em funcionamento de novas unidades hoteleiras e à preparação e concretização de projectos diferentes (os de turismo de Inverno e do interior do país). Vários hotéis se encontram em fase de acabamento, por exemplo o Hotel Alfa, em Sete-Rios (Lisboa), que só por si contribuirá com 600 quartos, para um total de 13 mil camas, que segundo previsões, as terão disponíveis em 1978.

Deste modo, será possível atingir, daqui a três anos, a meta dos cinco milhões de turistas, que constituirá um recorde para o sector.



Depois de terem descido assustadoramente, nos últimos três anos, os números globais do sector do turismo, recentemente regista-se um movimento intenso de entradas de turistas, no nosso país. Parece que estamos a sair, finalmente, da recessão verificada a nível internacional e mais notada entre nós.

AUMENTO SUBSTANCIAL

Assim, no final do corrente ano, segundo elementos fornecidos pela Direcção Geral de Turismo, as entradas gerais de turistas devem ultrapassar os três milhões (aumento de 48 por cento em relação ao ano anterior). O número de turistas que, de Janeiro a Setembro, se demoraram no país por mais de 24 horas, elevou-se a dois milhões e meio. Pelos valores do primeiro semestre e os indicadores da época alta, prevê-se, com segurança, que, no fim do ano, teremos superado os valores de 1973, o melhor de sempre. Para esta acentuada melhoria e consequente aumento de entrada de divisas (estimado em 14 milhões de contos), muito contribuirá o elevado número de dormidas (mais 55 por cento do que no ano passado).

OS TURISTAS

Os turistas, que na sêa maioria escolheram o Algarve para passar as suas férias, vieram de Espanha (quase 800 mil), da Inglaterra (mais de 200 mil), da Alemanha Federal (170 mil), da França (150 mil), dos Estados Unidos (mais de 100 mil), da Suécia, da Holanda e doutros países.

AS RECEITAS

Comparando as receitas de turismo do ano em curso com os anos de 1973 e de 1976, o quadro é o seguinte: nos primeiros seis meses de 1977, passou-se de 4,5 e 2,6 milhões de contos, respectivamente, para 5,8 milhões de contos, o que significa um aumento de 121 por cento. Estes dados permitem concluir que o turismo é um sector nacional em franca recuperação e um elemento equilibrador da nossa balança de pagamentos.



descentralizar os serviços para as regiões. Deve dizer-se que o número de habitações construídas ou subsidiadas com tais empréstimos passou de 27 mil.

CAIXA DE APOSENTAÇÕES

No sector da Caixa de Aposentações, a nota dominante é a continuada expansão dos subscritores e de pensionistas, o que fez com que em 1976 fossem pagos subsídios de pensões e de morte, mas de 2,1 m.c. Cresceu também muito o número e aposentados e reformados, inválidos de guerra. A actualização da pensão mínima para 1000\$00 veio a beneficiar 14 100 pensionistas. Também o número de contribuintes subiu (mais 44 206) e de beneficiados (mais 2375).



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS: AUMENTO DOS RENDIMENTOS

O relatório das actividades da Caixa Geral de Depósitos durante o ano de 1976 documenta o acentuado crescimento daquela instituição, tendo-se registado, a par de um incremento nos depósitos, um maior volume de crédito concedido, nas suas diversas modalidades.

A Caixa Geral de Depósitos tem vindo a registar um desenvolvimento progressivo das suas actividades e pode dizer-se que é neste momento a maior organização bancária do país. Este facto é confirmado pelo relatório de 1976: no ano findo, os depósitos excederam os 100 milhões de contos, tendo-se registado um aumento de quase 27 milhões em relação ao ano de 1975. A percentagem do aumento foi de 35,8 por cento, bastante superior à de 1975 (24,7 por cento). Cresceram os depósitos a prazo (de 32 para 48 milhões de contos) e os obrigatórios (de 27,5 para 34,6 milhões de contos). Sendo este montante proveniente das remessas dos emigrantes e do regresso ao circuito bancário de grandes volumes de poupança que havia sido entesourada.

Em razão disto, em 1976 os rendimentos da Caixa Geral de Depósitos foram de mais de 6,1 milhões de contos, resultantes sobretudo da cobrança de juros de empréstimos ao Estado, aos serviços autónomos e corpos administrativos, de empréstimos com caução, ao crédito agrícola, industrial e à exportação. Os juros cobrados ascenderam a mais de 5,6 milhões de contos e os juros pagos à ordem atingiram quase os 3,8 m.c.

CONSTRUÇÃO URBANA

No campo das novas operações para fomento da construção urbana, o crédito predial quase chegou aos 8 m.c., prevendo-se que, em razão da demora excessiva, seja possível brevemente

notícias breves

LICENCIATURA EM ENGENHARIA DO AMBIENTE

A última edição do Boletim da «Comissão Nacional do Ambiente» noticiou que foi criado, pela Universidade Nova de Lisboa, o curso de especialização em engenharia do ambiente, em ordem a dotar o País de pessoas com formação específica no campo das ciências do ambiente. A preparação proposta para o engenheiro do ambiente visa proporcionar uma concepção clara e integrada dos sistemas naturais e sociais, de caracterização das infra-estruturas, dos problemas que levantam e das principais vias de solução para estas.

ENTREGUES «DISCO DE OURO» A JOSÉ AFONSO, JOSÉ CID E MARIA ALBERTINA

Ao som de «Grândola Vila Morena» e de palmas entusiásticas, José Afonso, recebeu das mãos de Arnaldo Trindade, assim como José Cid e Maria Albertina, o primeiro disco de ouro atribuído em Portugal.

A iniciativa partiu da casa editora «Arnaldo Trindade», sendo os contemplados galardoados pelas seguintes canções e interpretações: José Afonso enquanto intérprete e autor da já célebre canção «Grândola, Vila Morena»; José Cid pela «Anita não é bonita» e finalmente Maria Albertina pela canção «Emigrante».

A atribuição deste galardão realizou-se num hotel de Lisboa, numa sessão que reuniu centenas de pessoas ligadas à informação, à música, ao teatro e à publicidade.

FINANCIAMENTO AMERICANO PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES



Sottomayor Cardia, Frank Carlucci e Almeida Pina, na cerimónia de entrega do financiamento norte-americano destinado a construções escolares

Destinada ao financiamento de construções escolares, foi entregue ao ministro da Educação e Investigação Científica pelo embaixador norte-americano em Lisboa a importância de 128 mil contos (três milhões de dólares), referente a parte de um empréstimo dos Estados Unidos a Portugal.

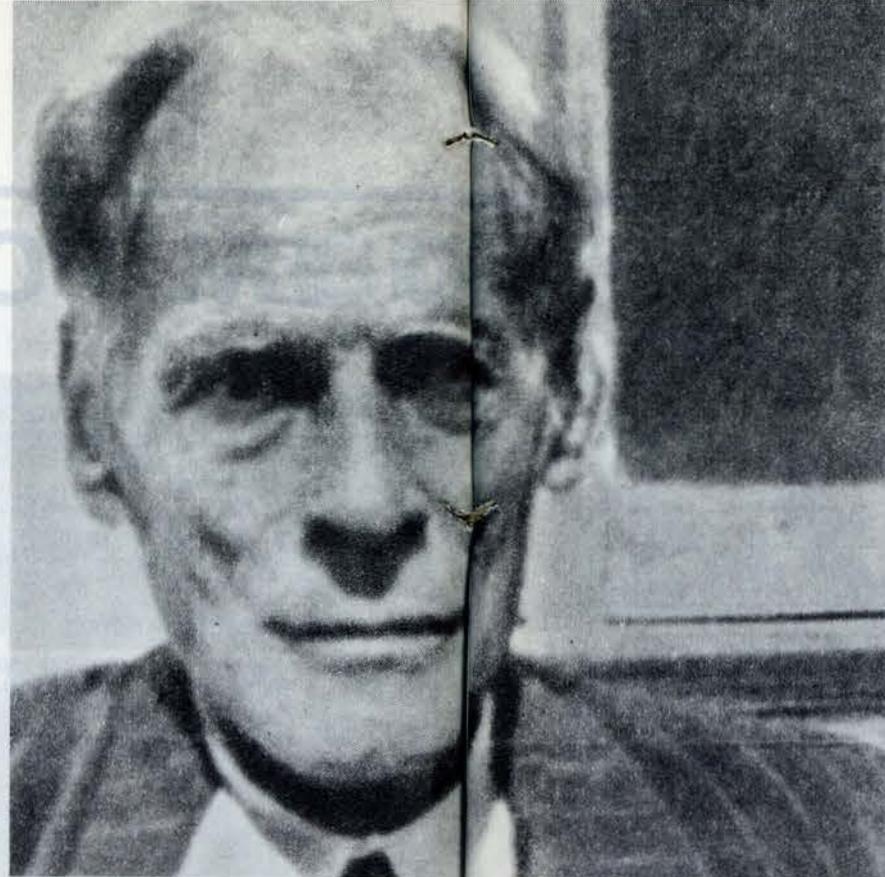
Esta ajuda americana insere-se na primeira fase do aval para o desenvolvimento no campo do ensino, segundo o acordo assinado em 1976, afirmou o embaixador Frank Carlucci, na cerimónia de entrega efectuada no gabinete do ministro Sottomayor Cardia.

O embaixador sublinharia, no seu breve discurso, que «esta era uma amostra concreta do desejo do Governo Americano para que sejam alargadas as oportunidades do ensino em Portugal». Ao falar na importância deste empréstimo, Frank Carlucci afirmaria, ainda, que «nada é tão fundamental para a estabilidade da democracia como o desenvolvimento do ensino, pelo que devem ser dadas as maiores oportunidades à juventude». Concluiu, por isso, o embaixador ame-

ricano que «era com grande orgulho que participava neste esforço comum de desenvolvimento da sociedade portuguesa em geral».

Em resposta às palavras de Frank Carlucci, o ministro Sottomayor Cardia teve ensejo de afirmar, no que concerne ao desenvolvimento da rede escolar, que há no País escolas com grandes deficiências de instalações. Por isso, o ministro da Educação afirmaria que «esta cerimónia é o sinal da cooperação entre os Estados Unidos e Portugal e do desejo do Governo Americano na consolidação do sistema democrático».

Entre os membros do Governo que assistiram ao acto encontravam-se o ministro das Obras Públicas, eng.º Almeida Pina; os secretários de Estado das Obras Públicas, eng.º Mário de Azevedo; dos Desportos, dr. Joaquim de Sousa; da Administração e Equipamento Escolar, dr. Almerindo Marques; da Orientação Pedagógica, dr. Romero de Magalhães, e da Investigação Científica, prof. Tiago de Oliveira.



CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE TEIXEIRA DE PASCOAES

Comemorou-se os cem anos de nascimento de Teixeira de Pascoaes. Joaquim José Teixeira de Vasconcelos (seu nome de família) viu a luz em Amarante, a 2 de Novembro de 1877, e viria a falecer em Dezembro de 1952, na sua casa de Pascoaes, freguesia de São João de Gatão. Para comemorar a efeméride a Secretaria de Estado da Cultura promoveu as seguintes realizações: encenação de «O Doido e a Morte», pelo Teatro de Animação de Setúbal; publicação, com a colaboração da Imprensa Nacional, de depoimentos sobre Pascoaes; atribuição do prémio de poesia «Teixeira

Um aspecto exterior da casa de Pascoaes, em Gatão (Amarante)



Biblioteca e sala de trabalho da casa de Teixeira de Pascoaes



de Pascoaes» a um livro de poemas editado até 15 de Agosto último; realização de um filme sobre o poeta e sua obra; organização de uma exposição iconográfica e bibliográfica e, finalmente, encomenda de uma partitura ao compositor Joly Braga Santos baseada em poemas de Pascoaes.

Teixeira de Pascoaes terminou em 1901, em Coimbra, o seu curso de Direito. A sua carreira judicial levou-o ao Porto e a Amarante. Em 1913 abandonou-a para se fixar na casa da infância, onde se consagrou totalmente à sua obra.

De 1912 a 1916 foi director literário do órgão da «Renascença Portuguesa», a revista «A Águia», onde como principal mentor, expandiu a doutrina do «saudosismo». Em 1923 foi eleito para a Academia de Ciências de Lisboa. Na sua extensa obra literária sobressaem dois grandes capítulos: a poesia e as biografias.

Da poesia destacam-se: «Sempre», «Vida Eetérea», «As Sombras», «Cantos Indecisos». Entre as grandes biografias, que lhe serviram para encarnar as suas inquietações espirituais numa espécie de tipos ideais humanos, apontam-se: «São Paulo», «S. Jerónimo e a Trovoada», «Napoleão», «Santo António» e «O Penitente», que é uma evocação de Camilo Castelo Branco.

Mário Soares e João Lima em Paris

«Existe uma razoável identidade de pontos de vista entre Portugal e a Arábia Saudita», disse o dr. Mário Soares, ao regressar a Lisboa depois de dois dias de conversações em Paris com Saud Al Faïçal, ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país árabe. Mário Soares foi acompanhado nesta viagem — que efectuou na qualidade de titular da pasta dos Negócios Estrangeiros — pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, dr. João Lima, que contactou diversos membros do Governo francês, tendo como objectivo assegurar o cumprimento dos acordos existentes entre os dois países no domínio da emigração, nomeadamente no que respeita aos direitos dos portugueses que trabalham em França.

«DIÁLOGO PERMANENTE»

Recordando que o ministro saudita dos Negócios Estrangeiros é também o actual presidente da Liga Árabe, Mário Soares afirmou:

«Penso que pude esclarecer alguns equívocos que se tinham manifestado e esclarecer, de maneira completa, a posição de Portugal e o desejo que nós temos de cooperar com os árabes».

Este encontro foi também tema de uma entrevista concedida à agência Anop por Saul Al Faïçal, o qual considerou estar ultrapassada «a fase crítica e difícil» das relações entre os dois países, acrescentando que se havia iniciado «uma nova fase, de diálogo permanente». Saul Al Faïçal acentuou ainda que «Portugal pode contar com o apoio total da Arábia Saudita, no seio da Liga Árabe», e admitiu a possibilidade de abertura da embaixada saudita em Lisboa nos primeiros meses do próximo ano, confirmando, por outro lado, ter aceite o convite para visitar o nosso País, que lhe fora feito por Mário Soares.

CONTACTOS LUSO-CHINESES

Antes de regressar a Lisboa, o ministro português dos Negócios Estrangeiros teve, em Paris, um encontro com o representante diplomático da República Popular da China na capital francesa, com quem jantou na Embaixada de Portugal. Comentando este encontro, Mário Soares declarou: «Tivemos uma conversa em que se acentuaram e desenvolveram as relações de cortesia que existem entre nós».

CONSULADO NO BAHREIM

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração prosseguiu, entretanto, na capital francesa, os contactos com representantes de diversos países árabes. O dr. João Lima teve encontros com os embaixadores do Bahreim, Síria, Iraque, Koweit e Sudão. Após a reunião com o embaixador do Bahreim em Paris, João Lima anunciou a próxima criação de um consulado de Portugal naquele Estado do Golfo Pérsico, onde trabalham presentemente cerca de mil portugueses.

Falando aos jornalistas a propósito das relações luso-árabes, João Lima, depois de recordar que «em diplomacia os resultados não são espectaculares e imediatos», considerou existirem actualmente «condições mais do que suficientes para que se crie, entre Portugal e o mundo árabe, um clima extremamente benéfico para ambas as partes, nos domínios da diplomacia e da cooperação económica».

APLICAÇÃO DO ACORDO LUSO-FRANCÊS

Durante a sua estada em Paris, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração avisou-se igualmente com membros do Governo francês, nomeadamente com Lionel Stoleru, secretário de Estado para os Trabalhadores Imigrados. Nestes encontros, João Lima teve ocasião de expôr a posição de Portugal em relação à nova política de imi-



Mário Soares e Saud Al Faïçal, durante as conversações realizadas em Paris

gração seguida pelo Governo francês, tendo sublinhado que a legislação recentemente adoptada neste sector pelas autoridades de França contraria frontalmente o acordo assinado pelos dois países no início deste ano, acordo esse que Portugal se recusa a renegociar.

Um dos artigos do acordo estipula, aliás, que «a França facilitará o acesso, no mercado de trabalho, ao agregado familiar do emigrante». Para Portugal, o citado artigo significa que as autoridades francesas devem fornecer autorização de trabalho aos membros das famílias dos imigrados, sempre que aqueles o requeiram. «Facilitar o direito ao trabalho — disse João Lima aos jornalistas — significa, para nós, facilitar o seu exercício. Foi isto que fiz notar a Lionel Stoleru, que admitiu a nossa posição e se comprometeu a respeitá-la».

No final das conversações entre João Lima e Lionel Stoleru foi divulgado um comunicado conjunto franco-português — (cujo texto integral publicamos na pág. 31) — no qual se informa terem sido «relembradas» as disposições contidas no acordo assinado em Janeiro deste ano, manifestando-se «o desejo do Governo francês de respeitar os seus compromissos», tomando as medidas necessárias

para que a aplicação dos novos decretos sobre imigração não colida com o conteúdo do referido acordo.

DEFESA DOS INTERESSES DOS EMIGRANTES PORTUGUESES

Em declarações à imprensa, ao regressar a Lisboa, João Lima considerou como «muito difíceis» os contactos que manteve com as autoridades francesas responsáveis pela imigração, mostrando-se, no entanto, satisfeito com os resultados obtidos, uma vez que, segundo afirmou, «o Governo francês, para além de toda e qualquer política de imigração que venha a ter no futuro, deu garantias solenes ao Governo português — não foram meras declarações de intenção — de que essa política não atingirá os portugueses, que ficarão sujeitos ao regime geral contido nos acordos luso-franceses assinados este ano». O secretário de Estado sublinhou ainda, a concluir, que após estas conversações, ficaram «salvaguardados os princípios fundamentais que garantem a continuação da emigração familiar e o respeito pelos direitos fundamentais do homem em relação aos cidadãos de Portugal que trabalham em França».

Conselho da Europa:

DUAS REUNIÕES EM LISBOA

No âmbito do Conselho da Europa, realizaram-se em Lisboa duas importantes reuniões, em que participaram representantes dos dezanove países membros daquela organização europeia. Assim, na Fundação Gulbenkian, esteve reunida, durante dois dias, a Comissão para os Assuntos Políticos da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a qual debateu, entre outros temas, a função dos partidos políticos numa sociedade democrática, a liberdade de imprensa e a questão dos direitos humanos no contexto da Conferência de Belgrado. Por outro lado — e também durante dois dias —, os ministros da Administração Interna dos países do Conselho da Europa discutiram, na capital portuguesa, problemas referentes à orgânica e funcionamento das autarquias locais.



Imagem da sessão inaugural da Conferência dos Ministros da Administração Interna dos países do Conselho da Europa, cujos trabalhos foram presididos pelo ministro Costa Brás (ao centro, na imagem)

da representação portuguesa no Clube Europeu de Imprensa — presentemente circunscrita a um só membro —, a qual passará a integrar os directores dos jornais «Diário de Notícias», «Diário Popula» e «Diário de Lisboa».

Conferência sobre Autarquias Locais

Na Conferência dos ministros da Administração Interna dos países do Conselho da Europa estiveram presentes, como observadores, delegados da Finlândia, Jugoslávia, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O secretário-geral do Conselho da Europa,

George Kahn-Ackermann, participou nesta Conferência, tendo o ministro português, Costa Brás, sido eleito para presidir aos trabalhos.

Na sessão inaugural, Costa Brás sublinhou que esta reunião tinha um «especial significado» para os portugueses, «no momento em que ensaiamos os primeiros passos na edificação de um poder local progressivamente dotado de real autonomia», acrescentando: «Na Europa, em particular, só o esforço comum poderá atenuar as barreiras existentes, ultrapassando os desequilíbrios, construindo alternativas em conjunto, elaborando e executando soluções que contemplem a realidade diversificada dos países que a integram».

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O ministro português apresentou depois um relatório sobre a repartição

das atribuições e dos meios entre os diferentes níveis da administração pública, no qual se afirma, nomeadamente: «A tendência generalizada é a de não só conferir um maior grau de intervenção do escalão autárquico em sectores que tradicionalmente lhe estavam já confiados, como alargar essa intervenção a outros sectores que, até data recente, eram exercidos exclusivamente pela administração central».

No comunicado final, distribuído após o encerramento da Conferência, os ministros dos países do Conselho da Europa propõem «uma melhor administração local para elevar a qualidade de vida», sublinhando a «necessidade de adoptar soluções adequadas, flexíveis e progressivas, de preferência a reorganizações profundas», uma vez que cada autarquia «deve dar satisfação aos desejos dos habitantes, que podem preferir, às estruturas óptimas

Reunião da Comissão para os Assuntos Políticos

A reunião da Comissão para os Assuntos Políticos da Assembleia do Conselho da Europa foi presidida pelo deputado conservador John Rodgers, da Grã-Bretanha, e nela participaram, em representação de Portugal, os deputados Jaime Gama (PS) e Rui Machete (PSD). Esta Comissão reúne-se de dois em dois meses, alternadamente em Paris e Estrasburgo, e anualmente na capital de um dos países membros da organização. O convite para que, este ano, o encontro se realizasse no nosso País, foi formulado pela Assembleia da República.

A citada Comissão tem como função principal a de preparar relatórios que serão apresentados à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Durante as suas reuniões anuais em capitais europeias, os parlamentares procuram informar-se sobre a situação concreta do país onde decorrem os trabalhos. Em Lisboa, estiveram presentes numa das sessões, tendo apresentado uma exposição sobre a situação do nosso País, os deputados Salgado Zenha e Rodolfo Crespo (ambos do PS), Cunha Leal e Sérvulo Correia (pelo PSD), Lucas Pires (CDS), e José Vitorino e Alda Nogueira (PCP). Os parlamentares europeus tiveram também contactos com o Primeiro-Ministro, Mário Soares, o presidente da Assembleia da República, Vasco da



Símbolo do Conselho da Europa

Gama Fernandes, o ministro de Estado, Henrique de Barros, o ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes, e o presidente da Comissão portuguesa para a Integração Europeia, Vítor Constâncio.

COOPERAÇÃO EUROPEIA

Durante uma conferência de imprensa efectuada no final dos trabalhos, o deputado britânico John Rodgers referiu-se ao papel que o Conselho da Europa pode desempenhar, a nível bilateral e multilateral, para uma ajuda económica a Portugal, salientando que a ligação do nosso País à Europa «é a melhor garantia para a democracia portuguesa». Nesse sentido, John Rodgers anunciou a criação

de um grupo de trabalho destinado a desenvolver a cooperação entre os países do Norte e do Sul da Europa, dado que, segundo afirmou, não poderá existir uma verdadeira unidade europeia sem que se desenvolvam esforços tendentes a estabelecer um equilíbrio económico entre os países do Norte e do Sul. Aquele parlamentar britânico informou, por outro lado, que se irá realizar proximamente um encontro de representantes do Conselho da Europa com membros do Clube Europeu de Imprensa; esta reunião tem como objectivo analisar as ameaças à liberdade de imprensa e nela participarão jornalistas da Europa Ocidental e Oriental. Jaime Gama acrescentaria, a propósito, que está previsto o alargamento

George Kahn-Ackermann, secretário-geral do Conselho da Europa



na perspectiva técnica, alternativas mais adequadas à respectiva cultural local e à coesão das suas comunidades».

REFORÇAR A DEMOCRACIA

Os participantes na Conferência consideraram que, ao aumentar de dimensão, a administração local não se tornou «automaticamente mais eficaz, nem se aperfeiçoaram, imeditamente, a coordenação ou fornecimento de serviços aos indivíduos, nem se elevou o nível da sua participação democrática», e que, pelo contrário, se manifestaram, por vezes, «sentimentos de frustração nas autarquias onde a edificação de estruturas mais importantes tornou mais difícil a participação dos cidadãos».

No comunicado final, acrescenta-se a este propósito: «A colectividade local não é uma empresa de natureza comercial, e o seu êxito depende, essencialmente, da respectiva eficácia social. Uma boa organização da administração local, fundada na iniciativa e, portanto, na autonomia local, tem repercussões no conjunto da comunidade nacional».

A terminar, os ministros europeus responsáveis pelas autarquias locais afirmam neste comunicado que, apesar da diversidade de situações e da complexidade dos problemas debatidos, «as linhas de convergência e as ideias mestras a que chegaram, poderão constituir, entre os membros do Conselho da Europa, princípios a seguir numa acção comum tendente ao reforço da democracia local, designadamente no domínio da participação dos cidadãos, tema que será debatido na próxima Conferência, prevista para Estocolmo, em 1978».

Divulgar os Direitos do Homem

Durante a sua estadia em Lisboa, o secretário-geral do Conselho da Europa fez entrega ao ministro português da Educação e Investigação Científica, Sottomayor Cardia, de 30 mil exemplares do livro «Tu és um ser humano». Esta obra, publicada por iniciativa daquela organização europeia, tem como objectivo divulgar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, de uma forma acessível aos jovens. A edição para Portugal de «Tu és um ser humano» é constituída por uma introdução preparada pela direcção dos Direitos do Homem — um dos departamentos do Conselho da

Europa —, por um texto de Júlio Roberto e por desenhos de Teresa Soller.

Na cerimónia de entrega dos 30 mil exemplares daquele livro, George Kahn-Ackermann salientou que «a verdadeira protecção dos Direitos do Homem exige um maior conhecimento destes, a todos os níveis e, antes de mais, no seio da opinião pública». Ao agradecer a oferta, o ministro Sottomayor Cardia realçou «a necessidade de, em Portugal, se educarem os jovens no respeito e no culto dos Direitos Humanos, agora que o País vive em democracia». Na ocasião, foi revelado que o general Ramalho Eanes endereçara uma carta ao secretário-geral do Conselho da Europa, agradecendo «este serviço prestado a Portugal», sobretudo «às jovens gerações, cuja formação desejamos seja imbuída de escrupuloso respeito pelos Direitos do Homem».



adoptada para resolver a questão de Timor-Leste, afirmou Rui Quartim dos Santos, delegado português à reunião da Comissão de Descolonização da ONU. Por outro lado, Portugal prometeu fornecer toda a cooperação possível para ajudar a descolonização do território de Timor-Leste, que foi anexado pela Indonésia em Julho de 1976.

AUTODETERMINAÇÃO

Ao intervir na reunião da Comissão de Descolonização, o delegado português reiterou os pontos fundamentais da política do nosso País quanto à questão de Timor e manifestou o apoio de Portugal à «plena aplicação» das relações da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Segurança, as quais reconhecem ao povo timorense o direito à autodeterminação e à independência.

COMPETÊNCIA DA ONU

Quartim dos Santos recordou igualmente que, apesar de ser ainda o

A questão de Timor-Leste debatida na ONU

Portugal considera que é às Nações Unidas que «compete reconhecer a aceitabilidade de qualquer solução» que venha a ser

Estado legalmente responsável pela administração de Timor-Leste, Portugal não tem podido fornecer à ONU informações sobre aquele território — tal como está previsto nas resoluções da Assembleia Geral — devido à situação aí existente.

Segundo afirmou o delegado português, compete às Nações Unidas aceitar ou encontrar soluções para o território que estejam conformes com a Carta daquela organização internacional, uma vez que as actuais circunstâncias impedem Portugal de exercer efectivamente a sua autoridade em Timor-Leste. O representante do nosso País referiu, por outro lado, que Portugal continua pronto a fornecer à ONU toda a cooperação possível, «dentro das limitações de todos conhecimentos».

Reunião Interparlamentar

Para participar na reunião preparatória da 64.ª Conferência da União Interparlamentar — que se realizará em Lisboa em Março de 1978 —, esteve na capital portuguesa o secretário-geral daquela organização internacional, Carlo Terenzio.

O desarmamento, a descolonização na África Austral, a nova ordem económica mundial, os Direitos do Homem, os preços das matérias-primas e a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, são alguns dos temas previstos para debate na referida Conferência, segundo anunciou Carlo Terenzio aos jornalistas.

No encontro que manteve com os representantes da imprensa, aquele político referiu-se ao papel que tem vindo a ser desempenhado pela União Interparlamentar, nomeadamente na manutenção da paz e no desenvolvimento da cooperação internacional ao nível das instituições parlamentares dos diversos países, tendo sublinhado, na ocasião, que a União Interparlamentar «integra representantes de todos os parlamentos», qualquer que seja o sistema político a que pertençam. Carlo Terenzio destacou igualmente a importância que assume a realização no nosso País da próxima conferência da organização, durante a qual delegações de 75 países terão possibilidade de «contactar o Portugal democrático».

O secretário-geral da União Interparlamentar recordou depois que esta organização se encontra, em muitos casos, à frente da própria ONU na

discussão e apresentação de resoluções para os principais problemas mundiais, apontando, a propósito, o contributo concreto dado para a regulamentação do comércio de armas convencionais, para a segurança e cooperação na Europa e para a resolução do conflito do Médio Oriente. A este respeito, Carlo Terenzio realçaria o nível intermédio da União Interparlamentar, a qual, por um lado, apresenta recomendações e, por outro, formula conciliações e negociações entre os diversos Governos interessados.

A delegação portuguesa à próxima Conferência daquela organização internacional será composta pelo vice-presidente da Assembleia da República, António Arnaut, e pelos deputados Rodolfo Crespo (PS), Cunha Leal (PSD), Rui Pena (CDS) e Alda Nogueira (PCP).

Cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau



Joseph Turpin e Pedro Coelho no final das conversações luso-guineenses

O secretário de Estado das Pescas da Guiné-Bissau, Joseph Turpin, visitou oficialmente o nosso País, a convite do Governo português. Esta visita inseriu-se no quadro do acordo geral de cooperação e amizade assinado entre os dois países no início deste ano, o qual, segundo acentuou Joseph Turpin, «reflecte de uma forma bem clara as boas relações e os laços de amizade e solidariedade existentes» entre Portugal e a Guiné-Bissau.

SOCIEDADE LUSO-GUINEENSE

Em declarações à agência Anop, aquele membro do Governo da Guiné-Bissau recordou que a cooperação entre os dois países, no caso particular do sector das pescas, prevê a criação de uma sociedade mista luso-guineense, a assistência técnica de Portugal no domínio da implantação de infra-estruturas pesqueiras na Guiné-Bissau, a participação portuguesa na estruturação do sector das pescas daquele país africano e a formação de técnicos guineenses em escolas de pesca do nosso País.

Joseph Turpin recordou ainda que alguns barcos de pesca portugueses laboram já em águas da Guiné-Bissau, e que, em breve, outros se lhes seguirão, tendo como objectivo colmatar as carências com que aquele país africano se debate actualmente na colocação de pescado nos seus mercados de abastecimento interno.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em Lisboa, além das conversações que manteve com o seu homólogo português, Pedro Coelho, o secretário de Estado das Pescas da Guiné-Bissau teve encontros com o Primeiro-Ministro, Mário Soares, com o chefe do

Estado-Maior da Armada, almirante Souto Cruz, com o ministro da Agricultura e Pescas, António Barreto e com outros membros do Governo.

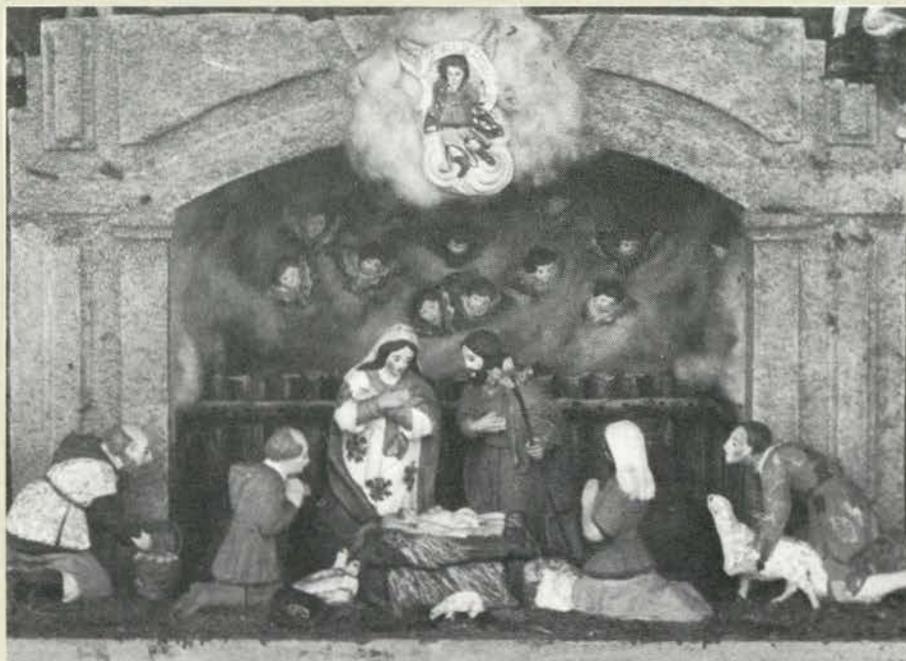
No final das conversações efectuadas entre as delegações dos dois países, Pedro Coelho reafirmou a vontade do Governo português de reforçar cada vez mais os laços de amizade e cooperação que unem os dois povos e salientou, por outro lado, a disposição de pôr ao serviço da jovem nação de expressão portuguesa a experiência adquirida pelo nosso País no sector das pescas.

Por seu turno, Joseph Turpin manifestou, em nome da delegação guineense, a sua satisfação pela forma cordial como decorreram os contactos com as autoridades portuguesas e agradeceu a possibilidade que lhe foi facultada de conhecer as realizações do sector das pescas em Portugal.

Durante as conversações, as delegações dos dois países verificaram os importantes progressos obtidos no domínio da cooperação técnica, tanto no que se refere ao apoio, por parte de técnicos portugueses, à organização administrativa e à execução de projectos do sector pesqueiro guineense, como no que respeita à formação profissional, no nosso País, de estudantes guineenses, beneficiando de bolsas de estudo concedidas pelo Governo português.

NATAL

Das «Lendas e Narrativas» de ALEXANDRE HERCULANO, Tomo I, extraímos o fragmento do conto «O Auto», que, se nos assemelha o melhor exemplo descritivo do Presépio tradicional português. A narrativa «O Auto» excede os marcos de uma cronologia da época (medieval) para nos dar um panorama de uma época histórica, limiar da era moderna, com toda a mestria e fidelidade de que o grande historiador foi capaz.



O AUTO

Junto a uma das colunas da Igreja de Santa Maria da Vitória estava alevantado um estrado, sobre o qual se via uma grande e maciça cadeira de espaldas, feita de castanho e lavrada de curiosos bestiaes e lavores. Era este o lugar onde el-rei devia assistir ao auto da adoração dos reis. No mesmo estrado havia vários assentos rasos, para neles se assentarem os fidalgos e cavaleiros que o acompanhavam. Defronte do estrado e colocado ao pé do arco da Capela do Fundador, corria para um e outro lado da parede um devoto presépio*, meio erguido do chão e representando serranias agrestes, ao sopé das quais estava armada uma espécie de choça, onde, sobre a tradicional manjadoura, se via reclinado o Menino Jesus e, de joelhos junto dele, a Virgem e S. José, acompanhados de vários anjos, em acto de adoração. Diante da cabana e no mesmo nível corria, um largo e grosseiro cadafalso de muitas tábuas, para o qual, por um dos lados, davam serventia duas grossas e compridas pranchas de pinho, por onde deviam subir as personagens do auto.

Tanto que el-rei saiu da porta do cruzeiro que dá para a sacristia, encaminhou-se pela igreja abaixo e



veio assentar-se na cadeira de espaldas, conduzido por Frei Lourenço, que, com todos os modos de homem cortesão, ofereceu os assentos rasos aos demais cavaleiros e fidalgos.

Pela mesma porta da sacristia saíram logo as primeiras figuras do auto, as quais, descendo ao longo da nave, subiram ao cadafalso pelas pranchas de que fizemos menção.

Estas primeiras figuras eram seis, formando uma espécie de prólogo ao auto. Três que vinham adiante representavam a Fé, a Esperança e a Caridade; após elas, vinham a Idolatria, o Diabo e a Soberba; todas com suas insígnias mui expressivas e a ponto; mas o que enlevava os olhos da grande multidão dos espectadores era o Diabo, vestido de peles de cabra, com um rabo que lhe arrastava pelo tablado e seu forcado na mão, mui vistoso e bem-posto. Feitas as vénias a el-rei, a Idolatria começou seu arrazoado contra a Fé, queixando-se de que ela a pretendia esbulhar da antiga posse em que estava de receber cultos de todo o género humano, ao que a Fé acudia com dizer que, *ab initio*, estava apontado o dia em que o império dos ídolos devia acabar, e que ela Fé não era culpada



de ter chegado tão asinha esse dia. Então o Diabo vinha, lamentando-se de que a Esperança começasse de entrar nos corações dos homens; que ele Diabo tinha jus antiquíssimo de desesperar toda a gente; que se dava ao demo por ver as perrarias que a Esperança lhe fazia; e, com isto, careteava, com tais momos e trejeitos, que o povo ria a rebentar, o mais devotamente que era possível. Ainda que o Diabo fizesse de truão da festa, nem por isso a sua contendora, a Esperança, dava descargo de si com menos com-



postura do que a tão honrada virtude cumpria, dizendo que ela obedecia ao Senhor de tôdalas cousas, e que este, vendo e considerando os grandes desvairos que pelo mundo iam, e como os homens se arremessavam desacordadamente no Inferno, a mandara para lhes apontar o direito caminho do Céu; e por aqui seguia com razões mui devotas e discretas, que moveriam a devotíssimas lágrimas os ouvintes, se a devoto riso os não movesse o Diabo com seus trejeitos e esgares, como, com bastante agudeza, reflecte o autor da antiga crônica de que fielmente vamos transcrevendo esta verídica história. A Soberba, que estava impando, ouvidas as razões da Esperança, travou dela mui rijo e, com voz torvada e rosto aceso, começou de bradar que esta dona era sandia, porque entendera enganar os homens com vaidades de incertos futuros e sustentá-los com fumo; que pretendia, contra toda a ordem de boa razão, que a gente vil houvesse igual quinhão no Céu com os senhores e cavaleiros, o que era descomunal ousadia e fora da geral opinião e direito, indo por aqui discursando com remoques mui orgulhosos, como a Soberba que era. Não sofreu, porém, o ânimo da Caridade tão descomposto razoer da sua figadal inimiga, e lho atalhou com tomar a mão naquele ponto e notar que os filhos de Adão eram todos uns aos olhos do Todo-Poderoso; que a Soberba inventara as vãs distinções entre os homens, e que à vida eternal mais amorosamente eram os pequenos e humildosos chamados, do que os potentes, o que provou claramente à sua contrária com bastos textos das santas escrituras, de que a Soberba ficou mui corrida, por não ter contra tão grande autoridade resposta cabal. E acabado o dizer da Caridade, um anjo subiu ao cadafalso, para dar sua sentença, que foi mandar recolher ao abismo a Idolatria, o Diabo e a Soberba, e anunciar às três virtudes que as ia elevar ao Céu, onde reinariam em glória perdurável. Então o Diabo, fazendo horribilíssimos biocos, pegou pela mão às suas companheiras e fugiu pela igreja fora, com grandes apupos e doestos dos espectadores. Guiando as três virtudes, o anjo (por uma daquelas liberdades cénicas que ainda hoje se admitem, quando, nas vistas de marinha, o actor que vem embarcado desce dois ou três degraus das ondas de papelão para a terra de soalho), em vez de subir ao Céu, como anunciara, desceu pelas pranchas que davam para o pavimento da igreja, e, caminhando ao longo da nave, se recolheu à sacristia, acompanhado da Fé, Esperança e Caridade, tão vitorizadas pelos espectadores, como apupados tinham sido o Diabo e as suas infernais companheiras.

Ainda bem não eram recolhidas estas figuras, quando, pela mesma porta do cruzeiro, saíram os três reis magos, ricamente vestidos ao antigo, com roupas talares de fina tela, mantos reais, e coroas na cabeça. Adiante vinha Baltasar, homem já velho, mas bem-disposto de sua pessoa, com aspecto grave e autorizado e com umas barbas, posto que brancas, bem povoadas; logo após ele, vinha o rei Belchior, e a este seguia-se Gaspar.

Difusão da Cultura Portuguesa na Áustria

A execução de obras de Carlos Seixas, compositor português do século XVIII, foi um dos momentos marcantes da sessão de encerramento da «Quinzena Cultural Portuguesa» que se realizou em Viena de Áustria.

No aspecto musical, esta Quinzena — que se realizou por iniciativa da embaixada portuguesa naquele país — contou com a colaboração do guitarrista Carlos Paredes, do violista Fernando Alvim e do compositor António Vitorino de Almeida, adido cultural da nossa representação diplomática em Viena, de quem foi apresentada a obra «Catedral da Angústia».

As artes plásticas estiveram representadas na Quinzena por trabalhos do grupo «5 + 1», constituído pelos pintores João Hogan, Júlio Pereira, Teresa Magalhães, Guilherme Parente e Sérgio Pombo.

O assinalável êxito alcançado por Carlos Paredes e Fernando Alvim no decurso desta iniciativa, motivou que ambos fossem contratados para efec-

tuarem, no próximo ano, um concerto numa das principais salas de Viena.

PORTUGAL E A ÁUSTRIA

As relações políticas, económicas e culturais entre a Áustria e Portugal foram, aliás, tema de uma entrevista concedida à Anop pelo embaixador austríaco em Lisboa, Heinz Weinberger, por ocasião das comemorações do Dia Nacional do seu país.

«A Áustria sabe que está sempre unida a Portugal, através da crença comum na Europa, na democracia, na liberdade e nos direitos humanos», declarou Heinz Weinberger, acrescentando que «além de muitos laços históricos, existem actualmente entre Portugal e a Áustria relações muito amigáveis». Heinz Weinberger recordou, a propósito, os diversos encontros realizados entre o chanceler austríaco, Bruno Kreisky, e o Primeiro-Ministro português, Mário Soares, bem como a recente deslocação a Viena do ministro do Trabalho, Maldonado Gonet, a.

António Vitorino de Almeida



Professores Portugueses na Guiné-Bissau

É superior a uma centena, o número de professores portugueses — a maior parte dos quais, do ensino secundário — contratados para leccionar na República da Guiné-Bissau, no decurso do ano lectivo 1976/77, que se iniciou em Novembro.

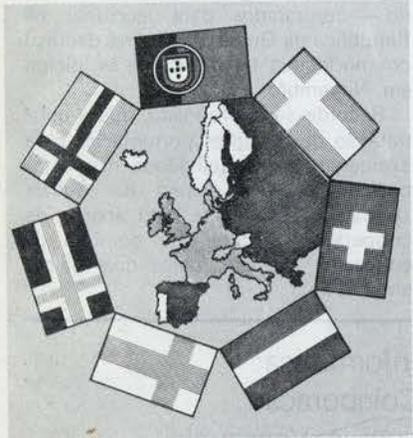
Recorde-se, a propósito, que a contratação de docentes portugueses para exercerem a sua actividade nos estabelecimentos de ensino da Guiné-Bissau, é assegurada pelo acordo de cooperação bilateral, no domínio da educação, assinado pelos dois países em 1975.

Informática: Colaboração com a Venezuela

As possibilidades de intercâmbio no domínio da informática foram analisadas, em Lisboa, por dois representantes oficiais da Venezuela e por técnicos portugueses, durante uma reunião a que presidiu o secretário de Estado da Coordenação Económica.

O recrutamento de técnicos portugueses para a Venezuela e a vinda a centros nacionais de técnicos-estagiários daquele país da América Latina, foram dois dos temas abordados no encontro entre o director-geral da Companhia Venezuelana dos Telefones — que é, simultaneamente, presidente do grupo de assessores de Informática junto da Presidência da República da Venezuela — e os representantes de vários departamentos de Informática portugueses, dos sectores público e privado.

Financiamento da EFTA a Empresas Nacionais



Símbolo da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA)

Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), através do seu Fundo para o Desenvolvimento de Portugal — cujo comité directivo é actualmente presidido pelo delegado sueco Bertil Sward —, anunciou, em Genebra, a aprovação de três empréstimos ao nosso País, no valor global de 178 mil contos.

PROJECTOS APROVADOS

O primeiro destes empréstimos atinge um montante de 108 mil contos e destina-se à Companhia Sampaio Ferreira (têxteis), localizada em Riba de Ave (Vila Nova de Famalicão). O financiamento vai ser utilizado por esta

empresa na modernização das respectivas instalações, projecto que exigirá um investimento total da ordem dos 241 mil contos.

O segundo empréstimo, no valor de 40 mil contos, foi atribuído à Fábrica de Tecidos Moreirense, sendo destinado a uma instalação fabril localizada em Moreira de Cónegos (Vizela). O investimento total previsto atinge os 59 mil contos.

O terceiro empréstimo, num valor de 30 mil contos, foi concedido a um organismo oficial do Governo português, para um estudo prévio sobre a instalação de uma indústria de tratamento de pirites na região do Alentejo. Este estudo, cujo custo total é de 145 mil contos, deverá determinar como poderá Portugal explorar aquele que a EFTA considera ser o seu principal recurso natural.

OBJECTIVOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO

Na reunião de Genebra em que foi aprovada a concessão deste conjunto de empréstimos, estiveram presentes todos os países membros e associados da EFTA. Portugal esteve representado por elementos do conselho de gestão do Banco de Fomento Nacional, que em Lisboa desempenha as funções de comissão executiva do citado Fundo de Desenvolvimento, o qual, recorde-se, tem como objectivo apoiar financeiramente projectos específicos de criação de novas unidades industriais ou de expansão das já existentes, destinando-se especialmente às pequenas e médias empresas, dos sectores privado e público. Através deste Fundo da EFTA foram já financiados 37 projectos, num montante superior a 550 mil contos.

Convenção sobre Liberdade Sindical

Em Genebra, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) anunciou que Portugal ratificou a Convenção 87 sobre liberdade sindical. A ratificação foi efectuada na sede da OIT pelo representante permanente de Portugal junto daquela Organização internacional, embaixador Adriano de Carvalho.

A citada convenção estipula que tanto os trabalhadores como as entidades patronais, sem nenhuma distinção e sem necessidade de autorização

prévia, têm o direito de constituir organizações que julguem convenientes, bem como o direito de se filiarem nestas organizações com a única condição de respeitarem o estatuto das mesmas.

Esta é uma das convenções a que aderiram maior número de países: com a assinatura de Portugal sobe a 90 o número de Estados que a subscreveram.

Ao ratificar este documento, Portugal compromete-se perante os demais países a tomar todas as medidas necessárias para pôr em prática as suas disposições.

Exportação para o Brasil

Foi assinado um acordo de cooperação entre a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco do Brasil, com o objectivo de apoiar a exportação de bens de equipamento de origem portuguesa que possam interessar ao mercado brasileiro.

O ACORDO

Este acordo prevê a colaboração entre as duas instituições bancárias, tendo como objectivo a obtenção de um equilíbrio do valor das exportações entre os dois países, nomeadamente através da divulgação, pela parte brasileira, da lista dos bens portugueses de exportação e das facilidades de crédito para a sua compra; à parte portuguesa competirá informar os departamentos oficiais e os exportadores nacionais, do nome das entidades brasileiras — públicas ou privadas — interessadas na aquisição dos bens citados.

O acordo agora firmado vem complementar o convénio de crédito assinado em Lisboa, em Maio passado, entre as mesmas duas instituições bancárias, e vem na sequência da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro português, dr. Mário Soares. Nessa altura, o Governo brasileiro abriu — através do Banco do Brasil — uma linha de crédito a favor de Portugal, no valor de 50 milhões de dólares (mais de dois milhões de contos), destinada a financiar a importação de bens de origem brasileira.

IMPrensa PORTUGUESA EM REVISTA



MIRANDA DO DOURO

Pelo seu interesse descritivo, ao mesmo tempo que serve como meio para reaviver a memória a quantos, oriundos desta região, residem e trabalham no estrangeiro, reproduzimos na íntegra, um artigo assinado por F. A. Delgado Moreira e publicado na «Gazeta das Aldeias», revista de divulgação agrícola:

O vale do rio Douro goza de um clima assaz propício para determinadas culturas e pena é não vermos aproveitadas todas as suas potencialidades, mas o terreno aqui é muito pedregoso, pouco fundo e demasiado pobre, e um tal terreno não pode compensar esforços por melhores condições climáticas que o envolvam.

Em Picote, Moncorvo e Barca de Alva é destas arribas do Douro que todos os anos sai uma boa colheita de amêndoa e se esta cultura fosse mais densa poderiam até, como se faz no Algarve, explorá-la com fins turísticos na sua época de floração.

Abundam aqui, nestas ladeiras, certas espécies venatórias de relativo interesse para os aficionados de S. Huberto: coelho, perdiz, pombo bravo e raposa.

O coelho, em certos anos, é dizimado por uma enzootia — a mixomatose.

Quando isso acontece, aparece nos campos, cego ou quase, incapaz de defesa, com a pele cheia de feridas purulentas (mixomas), género bexiga, deixando-se apanhar à mão. Passada a enzootia, a espécie recompõe-se e repovoa em pouco tempo.

Nos alcantis inacessíveis destas arribas do Douro nidificam águias, corvos, gralhas, gaviões e uma espécie selvagem de andorinha, a andorinha dos penedos.

Aparecem também nas águas deste nosso rio Douro, o pica-peixe (alcione ou maçarico), o pato bravo e a lontra, espécies raras e mui difíceis de caçar.

Ao que parece, a lontra é espécie em risco de extinção. Parece que se reproduz mal e dizem que tem uma pele muito sensível à conspurcação das águas.

Nestas mesmas águas aparecem ainda e com muita abundância diversas espécies de peixe de fino gosto e qualidade, tais como a enguia, barbo, boga, escalho.

Segundo literatura impressa, pela Hidro Eléctrica do Douro, este rio tem óptimas condições para o sável e a lampreia mas, que eu saiba, jamais estas espécies foram aqui detectadas.

Sob o ponto de vista alimentar aborígene achamos mal aproveitados estes recursos piscícolas. Entendemos que deveria fazer-se um minucioso estudo sobre qual seria a espécie ou espécies mais adaptáveis, mais prolíferas e de maior interesse económico, e instalá-las posteriormente nas albufeiras das barragens.

Teríamos assim à mão pescado fresco de que andamos muito desfalcados em virtude do nosso afastamento da costa marítima. E não há dúvida de que qualquer pircanjuva se deve considerar um complemento alimentar não despidiendo, quando, por vezes, até é um quitute soberbo e delicioso.

Aflorado deste modo o assunto da piscicultura, talvez seja oportuno denunciar neste momento uma falha grave dos nossos técnicos da construção hidráulica que conceberam e executaram os planos das nossas barragens.

A forma estanque como elas inexoravelmente seccionam o rio vai ter um reflexo profundo na fauna potamita, pois as espécies migratórias encontrarão, nas pircemas, os seus caminhos obstruídos.

É deveras lamentável que na construção destas barragens se não tenha tido em conta o fenómeno da migração piscea estudando um processo de a defender, pois estou certo de que haverá uma solução se se quiser encontrar.

Todos sabemos que o nosso marabumbo fluvial contém espécies que não podem sobreviver sem um período de vida marítima. A enguia, por exemplo, vai filharar, vai fazer a sua desova no mar dos Sargaços. Daqui os filhos, ainda em estado larvar, vão sendo arrastados pelas correntes marítimas, enquanto se vão desenvolvendo, até atingirem as embocaduras dos nossos rios em cujas correntes se engoliam nadando para montante.

Migrantes são também a lampreia e o salmão, além doutras espécies mais que não conhecemos, e ninguém duvida, certamente, da vantagem de conservar inalterado o habitat de todas as espécies para não viciar a natureza e não provocar um desastroso desequilíbrio biológico.

VIANA DO CASTELO

O afluxo de turistas nacionais e estrangeiros a esta cidade registou, este ano, um aumento de cerca de 35 por cento, em relação a 1976, e de 50 por cento, quanto ao ano anterior, revelou o presidente da respectiva Comissão Municipal de Turismo, Nuno Álvares Moreira Fernandes, em declaração prestada à agência ANOP.

Depois de várias considerações tecidas a esta agência noticiosa, Moreira Fernandes afirmou que «para além das motivações naturais (paisagem, gastronomia, folclore, praias) existem as festas e romarias que se realizam durante o Verão e constituem um extraordinário elo de ligação entre o emigrante e a sua terra natal». Mais à frente sublinharia a importância deste fenómeno: «Com a sua vinda tudo se desenvolve, o comércio em geral sente-lhe os efeitos positivos, aumentam as vendas, nos mercados e feiras de produtos agrícolas». Não deixando de salientar a importância do emigrante, natural desta cidade e povoações circunvizinhas que, ao vir de férias a Portugal traz, em bastantes casos, «colegas, padrões ou simples amigos para conhecerem a sua região».

LAMEGO

Dando execução ao plano de melhoramentos programados para este ano, o Município de Lamego adjudicou diversas obras, uma de 1049 contos, referente à construção das escolas primárias de Galvã, estando ainda em fase de conclusão os edifícios escolares de Samodães e Valclaro. Por um valor que ronda o milhar de contos, foi também adjudicada a obra de pavimentação, saneamento, águas, esgotos e rede eléctrica na zona citadina de Fafel, onde se encontram 50 fogos prontos a habitar.

VILA NOVA DE OURÉM

Foi inaugurada a luz eléctrica em Lagoa do Furadouro, com enorme

satisfação das populações dos lugares de Casais dos Espertos e Henriques, aproximadamente mil, e quinhentos habitantes. A população local, quase toda empregue nos trabalhos dos fornos de cal em moldes artesanais, alguns lagares de azeite, e sobretudo o cultivo das terras, esperam que com a luz eléctrica lhes seja, assim, aliviado o seu duro labor, ao qual prevêem para breve se venha a acrescentar o da água canalizada.

UISEU

A Câmara Municipal de Viseu adjudicou as obras da estrada de Couto de Baixo a Couto de Cima pela importância de 1 591 142\$00. Trata-se de um melhoramento há anos esperado pela população local, em virtude de vir a encurtar distâncias e oferecer melhores condições ao trânsito.

OVAR



Verificou-se recentemente a oficialização, através de escritura no «Diário da República», do «Grupo Desportivo e Cultural de Guilhovai», registado desde 19 de Outubro do ano passado na secretaria notarial de Ovar. Esta agremiação pretende servir, na prática de diversas modalidades desportivas e culturais, os lugares de Guilhovai, São Donato e Sande, contando já com cerca de duzentos associados, entre os habitantes locais.

REGIÕES AUTÓNOMAS

NOVO QUINZENÁRIO

Saiu recentemente o primeiro número do quinzenário «Farol das Ilhas» dirigido por António Borges Coutinho, com edições distintas destinadas aos Açores e Madeira. O «Farol das Ilhas», que tem a sua sede na Rua da Mãe de Água, 13, 2.º frente, em Lisboa, intitula-se «uma voz democrática ao serviço do Povo ilhéu». O estatuto edito-

farol das ilhas

rial do jornal diz ser «uma publicação de carácter informativo que se propõe defender os princípios políticos e económicos consignados na Constituição e lutar para que eles sejam respeitados nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira». Acrescentando, no que se refere aos interesses que procurará defender, sublinha que «... dará particular atenção à defesa dos interesses das massas trabalhadoras e do campesinato, assim como dos pequenos comerciantes e industriais e outros, apresentando-se como porta-voz das suas reivindicações».

SUBSÍDIO À IMPRENSA

Ascende a cerca de mil contos o total dos subsídios a conceder pela Secretaria de Estado da Comunicação Social aos órgãos de informação da Região Autónoma dos Açores, segundo revelou o titular desta pasta, Roque Lino, numa conferência de imprensa efectuada em Angra do Heroísmo.

As fracções mais elevadas, de 200 contos cada, destinam-se ao Rádio Clube de Angra e ao «Clube Asas do Atlântico», sendo as restantes distribuídas por diversos jornais do arquipélago. Roque Lino admitiu a possibilidade de os subsídios virem a ser reforçados e declarou que continuará a pugnar pelo apoio à imprensa regional, nomeadamente aos órgãos de informação que se dirigem sobremaneira aos emigrantes.

IMPRENSA PORTUGUESA EM REVISTA

No decurso do encontro com os jornalistas, o secretário de Estado da Comunicação Social abordou problemas relativos à regionalização da Rádio e da Televisão, a qual deverá ser concretizada no campo da informação e programação. Todavia os conselhos de administração da RDP e RTP continuarão a ser nomeados pelo Governo central, dado tratar-se, segundo Roque Lino, de órgãos de Comunicação Social de importância eminentemente nacional.

PONTA DELGADA

O Governo Regional dos Açores, por portarias do secretário regional do Equipamento Social, concedeu à Câmara Municipal de Ponta Delgada a verba de 609 000\$00 para as seguintes obras:

Pavimentação da Rua João Francisco Cabral	501 500\$00
Pavimentação da Rua da Boavista	85 000\$00
Construção do parque infantil dos Aflitos	22 500\$00

HORTA

A Estação Radionaval da Horta vai ser reactivada, voltando a concentrar todos os serviços de apoio à navegação que demanda esta área do Atlântico Norte, desde a meteorologia ao serviço de busca e salvamento. Segundo afirma, recentemente, o semanário «A Ilha» que se publica em

A Ilha

SEMANÁRIO CULTURAL E INFORMATIVO

Ponta Delgada. Esta reactivação surgiu por vontade do actual Chefe do Estado Maior da Armada, almirante Souto Cruz, sublinha o periódico, tendo a iniciativa por base a visita de Souto Cruz realizada à pouco ao arquipélago dos Açores. A notícia, bastante satisfatória, para a população local pela necessidade de que se faz justo alarme, termina afirmando que o programa de reactivação da referida «Estação» fixará na cidade da Horta cerca de meia centena de militares.

AÇORES

ILHA TERCEIRA

Foi recentemente encontrado nesta ilha em escavações arqueológicas, um capacete (tipo pera) de origem indoportuguesa (1560-1580), muito provavelmente pertencente a D. António, Prior do Crato. A cinzelagem do referido capacete, por ser de rara beleza e preciosismo, torna-o numa das peças raras desta espécie de trabalho da arte dos nossos armeiros renascentistas.



Capacete de origem indoportuguesa, recentemente descoberto; em baixo, um detalhe do mesmo



ACORDO ANOP-SEE:

A agência noticiosa Anop vai passar a emitir um boletim noticioso especialmente dirigido aos emigrantes portugueses. Tal decisão foi firmada através de um protocolo de acordo assinado pelo secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima, e o director-geral da Anop, João Tito de Morais.

Por este acordo, aquela agência noticiosa compromete-se a fornecer diariamente, de segunda a sexta-feira, um serviço noticioso destinado aos portugueses que trabalham no estrangeiro. Nesse boletim serão tratados os mais variados temas da actualidade nacional, com particular relevo para os assuntos referen-

tes à emigração de carácter regional e desportivo.

Tais notícias serão enviadas para as Embaixadas portuguesas e Consulados portugueses em Roma, Bruxelas, Caracas, Haia, Londres, Lusemburgo, Paris, Washington, Boston, Nova Iorque, New Bedford, Montreal, Rio de Janeiro, S. Francisco, S. Paulo, Joanesburgo e Toronto. Posteriormente, estas representações diplomáticas canalizarão o material recebido para os vários órgãos de comunicação social em língua portuguesa.

Comentando esta iniciativa, o secretário de Estado João Lima declarou:

«Trata-se de um primeiro apoio

do Estado Português aos órgãos de comunicação social editados e difundidos no estrangeiro pelas próprias comunidades portuguesas, o que não se pode confundir com os apoios que outrora lhes eram dados através da concessão de subsídios pecuniários que, obviamente, tornavam a informação dependente e manipulada pelo poder político.»

Acrescentou ainda, a este respeito, o responsável pela pasta da Emigração: «Em matéria de informação, é urgente a tarefa de informar objectivamente os portugueses espalhados pelo Mundo, sem o que não será lícito esperar deles uma visão correcta das realidades nacionais, das suas

COLABORAÇÃO DO C.I.M.E.

Conforme já noticiámos, na sequência de um pedido de cooperação do Governo português, o C. I. M. E. (Comité Intergovernamental para as Migrações Europeias) assinou recentemente com o nosso País um acordo que visa superar com maior eficácia e rapidez diversos problemas da emigração portuguesa. Já instalada em Lisboa, a missão do C. I. M. E. é chefiada por Alfred Kottek, que em entrevista ao semanário «O País» falou dos objectivos e principais actividades daquele organismo.

Começando por acentuar que a sua actuação se faz «com base nos contactos que estabelecemos com as autoridades dos países para adaptar os programas da emigração às necessidades dos países da imigração», Alfred Kottek, afirmou: «Os nossos esforços do momento têm sido no sentido de promover a emigração para países como a Venezuela, que é um dos poucos

que aceitam emigrantes e com o qual o Governo português se encontra de boas relações. Depois, encarregamo-nos da assistência aos emigrantes que têm possibilidades de colocação nos países de idioma inglês. Agora temos a esperança de poder orientar, também, alguns emigrantes para a América do Sul, para o sector agrícola. Há países na América Latina com reservas de terra não utilizada».

Concretizando esta ideia, e depois de sublinhar que a Europa tem actualmente as suas portas fechadas à emigração, A. Kottek referiu que tais perspectivas «levam-nos a olhar para a América Latina que, actualmente, tem uma grande necessidade de mão-de-obra». E acentuou que a maioria do território venezuelano está nestas condições, e outros países da América Latina têm também um potencial de absorção de imigrantes que pode ser utilizado.

Ainda quanto às possibilidades de emigração para outros países, afirmou que quando passar a crise económica que atravessam os países industrializados estes poderão vir a ter de novo um papel muito significativo. Por outro lado, países como a Arábia Saudita e outros, poderão vir a ter também uma certa importância neste aspecto, embora por períodos de tempo bem definidos e não para imigração definitiva, como é feita para outros países.

O C. I. M. E. E O EMIGRANTE

Falar do depois sobre as actividades do C. I. M. E., e respondendo a uma pergunta relacionada com a colocação de emigrantes, Alfred Kottek elucidou que a mesma depende dos programas. «O programa de emigração para os Estados Unidos, por exemplo, é dife-

premências, dificuldades e novas características.»

Referindo-se depois à revista «25 de Abril», que está a ser enviada, desde Outubro de 1974, às várias comunidades de emigrantes, João Lima declarou que ela está a ser reformulada, quer no seu aspecto gráfico quer no seu conteúdo informativo e redactorial. A curto prazo, informou ainda aquele membro do Governo, a revista vai ser também impressa em França, para distribuição pelas principais comunidades portuguesas da Europa, e nos Estados Unidos, para as comunidades deste país e do Canadá.

rente do da Venezuela. A colocação praticamente só é feita para países da América Latina. Isto em grande parte — sublinhou — por falta de estruturas próprias desses países de imigração». Pormenorizando depois a actividade daquele organismo em relação ao emigrante, afirmou:

«O CIME, primeiramente procura o transporte: terá de ser, como se compreende, económico. Este aspecto consta praticamente em todos os programas. Nos outros, o C. I. M. E. encarrega-se da colocação do emigrante e de lhe arranjar emprego. Paralelamente, esta organização colabora na legalização da situação daqueles que emigraram ilegalmente, participando ainda na aplicação de medidas simples que facilitam a emigração e a ambientação dos emigrantes, como o ensino da língua inglesa aos que vão para países onde se fala este idioma.»

EMIGRAÇÃO EM FRANÇA

COMUNICADO OFICIAL



João Lima, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração

Relativamente às negociações com as autoridades francesas efectuadas pelo dr. João Lima no dia 4 de Novembro passado em Paris, o Governo francês emitiu o seguinte comunicado.

«O sr. Lionel Stoléru, Secretário de Estado junto do Ministro do Trabalho, encontrou-se no dia 4 de Novembro com o sr. João Lima, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração do Governo português. O sr. João Lima encontrou-se igualmente com os srs. Beullac, Ministro do Trabalho e J. R. Deniau, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

«O sr. Stoléru expôs ao seu colega português o conteúdo das disposições relativas às restrições da imigração de trabalhadores e à ajuda de regresso aos países de origem, sobre as quais o sr. João Lima mostrou compreensão.

«Sobre a imigração familiar e suas implicações, as disposições contidas no acordo franco-português de Janeiro de 1977 foram recordadas. O sr. Stoléru marcou a vontade do Governo francês em respeitar seus compromissos e de tomar medidas de aplicação do novo decreto apropriadas às disposições do acordo franco-português.

«O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros ofereceu um jantar em honra do Secretário de Estado português. Por ocasião deste jantar os srs. J. F. Deniau e João Lima examinaram os principais problemas internacionais, em particular a situação em África, e fizeram uma análise sumária das relações bilaterais entre os dois países.»

Os Emigrantes na Literatura Portuguesa

Retomamos a rubrica que, desde há tempos, tínhamos interrompido.

Parece-nos assaz importante que cada trabalhador português se sinta entendido por alguns dos nossos maiores escritores. Sem dúvida que nem todos eles (escritores) viram o emigrante do mesmo modo, lhe souberam detectar a mesma sede de fraternidade e o mesmo amor à Pátria, reforçado, sem dúvida alguma, pelas enormes distâncias geográficas que o separam da terra-mãe. Mas constituirá uma galeria de quadros multifacetados a visão diversa do emigrante português, dada por cada um dos nossos homens de letras e, talvez, esteja nessa galeria que nos propomos expor a par e passo, a verdadeira disparidade que é o emigrante, o retalho da manta que as diversas comunidades portuguesas no estrangeiro representam.

Toronto, meu caro Bobbit, está cheinha de portugueses. Como Montreal. Aos milhares, como os tem esta América feita de retalhos europeus. Iguais àqueles que viajaram comigo desde Santa Maria, nessa madrugada nevoenta lembrando uma estaçãozinha de província, deserta e secreta, à espera de um comboio duvidoso, e iguais a muitos outros milhares que vieram desde os Minhos aos Algarves, de todo um país que nunca se descobriu e reconheceu na sua própria terra. Chegam, instalam-se, ajudam a edificar países, esquecendo o seu. O sangue humano sempre tem servido de grua e de cimento, diz Malaparte referindo-se à construção da Grande Muralha da China; os cadáveres dos que caíram fazem parte do terço. A obra vê-se, enaltece-se, mas deles, os construtores, ninguém falará. São a pedra, a ossada, o terço. Pois os Portugueses chegam, instalam-se primeiro nos bairros onde a densidade de emigrados é maior, onde se fala a sua língua nas lojas, onde se podem encontrar outros patricios nas ruas e nas oficinas, vão ajeitando as casas à sua maneira, às vezes mais parecendo depósitos de gente do que moradas, compram uns quilos de uvas saborosas e fabricam vinho na cave para as datas festivas, trocam de emprego,

a vida melhora, pois tudo está no suar e poupar, e logo mudam para bairros mais catitas, como aquele, em Toronto, que me sugeriu a Londres vitoriana, deixando o poiso disponível para outra levada de arribadiços. Enquanto outros, ao apelo irresistível de uma forma abandonada, se expandem nas colinas e nos vales inóspitos mas espaçosos, onde os raros casais se agacham para que as fúrias da areia barrenta os não ceguem, indo reatar uma saga ancestral de lavradores.

E o ciclo repete-se. Mudança, aqui no Canadá, é contágio. É uma atmosfera. Em cada ano, um quarto da

população de Toronto troca de residência ou de emprego. Ou de ambas as coisas. Talvez seja a cidade do mundo onde as pessoas são mais instáveis, conquanto nela se respire a amenidade. E, como disse, isso pega-se. Mesmo aos portugueses. No seu bairro, porém, há sempre quem apareça para substituir o retirante. É uma raça de gente habituada a fazer a guerra à penúria, à natureza sáfara ou hostil, habituada a fazer guerra aos exílios opondo-lhes novos exílios, novas errâncias, a opor ao acaso e à adversidade uma tenacíssima energia física e moral, que outros povos aproveitam,

colhendo-a como fruto chegado ao último grau da sazão. E, para onde vão, levam a pátria às costas; embora rapidamente lhe enxerem o mundo alheio. A pátria é também uma língua, sabêmo-lo. Por isso, os mais velhos continuam a ser-lhe fiéis, a falar o seu idioma, que é um modo de se identificarem perante si próprios; mesmo quando, instados pelo quotidiano, lhe incorporam vocábulos estranhos, mas os filhos já não o querem nem o entendem. Já não precisam dessa identidade. O molde deles passou a ser outro.

Os bairros de imigrantes portugueses acusam tudo isso. Uma miscelânea de adros pacóvios, alfamas, parques-mayers, mourarias, porém adulterados nas suas já de si adulteradas reminiscências. Uma cidade ou um bairro conhece-se pelo que vende e pelo que compra. Na «Rua Augusta» de Toronto, que alguns preferiam que se chamasse «Rua Vasco da Gama», come-se sardinha assada, mas sobretudo cachorros quentes. Uma multidão balbúrdia, como a da Feira Popular, apinha-se nas tascas, faz bicha nas casas de pasto tresandando a fritos, olha, apalpa e cheira os artigos que atulham as mercearias até à porta; no entanto, são os salões de jogos americanizados, onde impera o inevitável cartucho de popcorn, que atraem a malta brava. Repare-se nas tabuletas das lojas: «Estoril Billiards», «Madeira House», «Pereira Market», ou então «Casa da Senhora da Fátima»; estamos sem dúvida num mundo português miniaturizado ou saudosisticamente caricaturado, mas os jornais que se lêem, ou que a gente moça lê, são canadianos. Jornais ou revistas com loiras mamalhudas. Os discos à venda do António Mourão são para a velhada. De que vale que um antigo campeão de luta greco-romana, que foi ídolo de Alcântara e ainda hoje é homem para levar uns atiradiços ao tapete, faça terminar cada um dos seus combates vitoriosos com a bandeira lusa envolvendo-lhe o torso? Portugal vai-se esbatendo no tempo e na distância E nos suicídios (...).

Fernando Namora, in «Cavalgada Cinzenta». Págs. 83, 84, 85 e 86. Edição Livraria Bertrand, 1977.



Aspecto de uma das reuniões em que participaram conselheiros sociais e técnicos da Secretaria de Estado da Emigração

REUNIÃO EM LISBOA DOS CONSELHEIROS SOCIAIS

Reuniram-se em Lisboa, de 27 a 28 de Outubro passado, sob convocação do Secretário de Estado da Emigração, conselheiros sociais e adidos de emigração e técnicos da Secretaria de Estado da Emigração.

Esta reunião teve por finalidade a análise da situação das várias comunidades portuguesas em diversos países, a política emigratória em cada um desses países, os problemas específicos dessas comunidades e as suas reacções às várias acções levadas a cabo por cada participante.

OS PARTICIPANTES

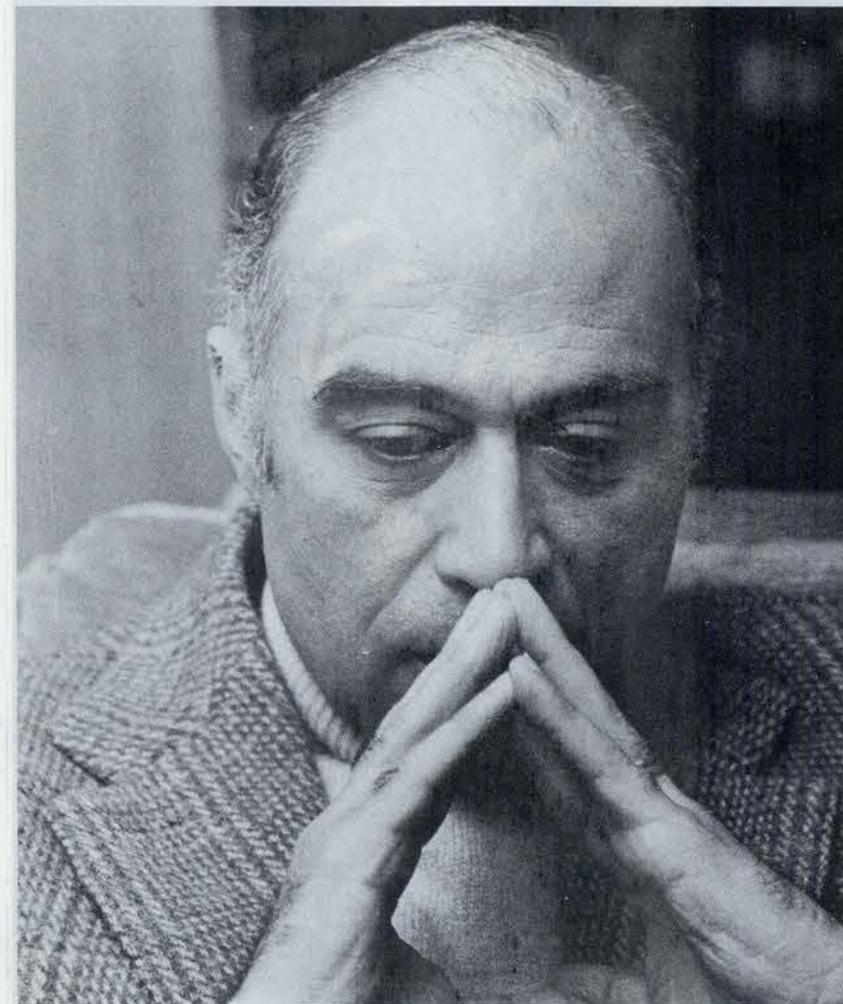
Sob a coordenação de Henrique Pietra Torres, adjunto do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração os trabalhos da reunião foram animados pelos seguintes participantes: Manuel Areias, conselheiro social em Bruxelas, Alda Medeiros Fernandes, representante da SEE junto do MEIC para o ensino

português no estrangeiro, Hélder Veiga Pires, conselheiro social em Paris, Manuel Pracana Martins, adido de emigração em Bona, António Vitorino Pereira, adido de emigração em Luxemburgo, Maria do Carmo Cadima, técnica do Instituto de Emigração, Maria Rita Andrade Gomes, directora dos Serviços de Informação Especializada e de Acordos de Emigração, Gil Pereira, presidente em exercício do Instituto de Emigração, Gervásio Álvaro, conselheiro social em Camberra, Carlos Castro Almeida, conselheiro social em Genebra e Manuel Gervásio Leite, chefe da Repartição Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A REUNIÃO

A reunião iniciou-se com um balanço das actividades no quadro dos Organismos Internacionais e suas implicações a nível bilateral.

Em seguida estabeleceu-se um plano de actividades que, ressalvadas a especialidades de cada país, oriente a acção futura dos conselheiros sociais. Nesse sentido foram tomadas em linha de conta a adaptação à política imigratória de cada país, as formas de apoio aos emigrantes, a informação, a formação em geral e a formação profissional, as relações inter-serviços no exterior e o aproveitamento e reorganização dos meios humanos e materiais já existentes.



Fernando Namora

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NOS E.U.A. INÍCIO DO SÉCULO XX

As Américas foram os privilegiados espaços territoriais onde se fixaram os primeiros grandes contingentes de emigrantes. Foi o «Mundo Novo», com a sua extensão e riqueza descomunal, que albergou as primeiras famílias «lusitanas» emigradas. De facto, não poderia ter sido de outro modo: desde a independência do Brasil — e mesmo antes dela — que nós procurávamos as Américas, como povoadores, agricultores e «caçadores de sonhos». As terras entretanto desbravadas através duma colonização a diversos títulos discutível, as lendas veiculadas em torno das facilidades de angariar fortuna e os meios para isso, enchiam de esperança as lareiras de Província, nos longos serões de aldeia, em que as famílias camponesas — sobretudo estas — se viam a braços com um emagrecimento rápido dos seus parcos rendimentos. As Américas surgiam como o antídoto milagreiro para debelar crises, amearhar um pecúlio, comprar mais terras, ou simplesmente como uma miragem de vida nova a encetar algures, do princípio ao fim. É pois natural que, cronologicamente, nos vejamos obrigados a arquivar para a História da Emigração Portuguesa, antes de tudo, os seus caminhos americanos.

A SITUAÇÃO NO PORTUGAL-FIM-DE-SÉCULO

Desde os fins do século XIX, por volta de 1873, que a situação legada pela «regeneração», com Fontes Pereira de Melo em ministro durante vinte anos, se vinha a deteriorar gradualmente. Data desta altura a afirmação de Herculano no IV volume dos «Opúsculos»: «A nossa melhor colónia é o Brasil, depois que deixou de ser colónia nossa...» ao abordar o tema da emigração portuguesa num dos seus trabalhos.

Efectivamente, o Brasil recebia já por essa altura, e por ano, 5 a 10 mil emigrantes, representando uma entrada anual de cerca de 3000 contos em divisas, entretanto indispensáveis, dada a nossa precária situação financeira. A insuficiência dos salários, uma quase completa falta de crédito para os meios rurais, arruinados por uma situação baseada no absentismo, com progressos agrícolas atrasados, eram os causadores deste êxodo massivo. A esperança de fazer fortuna e voltar rico à Pátria, na pele de um desses «brasileiros» que desde 1840 apareceram na literatura, sobretudo através de **Camilo Castelo Branco**, fazia parte do panorama português, da sua própria economia e, até, do folclore. Em 1875 as estatísticas dão como provada a existência de cerca de 90% de analfabetos, com especial destaque para os meios rurais. Em 1881, realiza-se um inquérito oficial à indústria nacional, para se chegar à conclusão de que esta vivia num caos permanente e bastante mal explorada.

*Na página anterior:
Um membro da comunidade portuguesa dos EUA, no princípio deste século*



J. G. de Mattos Júnior, senador português do Estado da Califórnia

Domingos Governo, fundador e pároco da Igreja Portuguesa de Centreville (Califórnia)

Um grupo de portugueses trabalhando nos campos da Califórnia



Igreja portuguesa de Centreville (Califórnia)

Da incapacidade da «casa» dos «braganças», para conduzir o País na senda do progresso e da promoção socio-económica, tirou a agitação republicana os seus principais dividendos. Guerra Junqueiro, com a «Velhice do Padre Eterno», em 1885, manifestava-se estrondosamente, outros se lhe seguiam, mas ainda não estavam maduras, as condições elementares para o «5 de Outubro». O programa das «Conferências Democráticas» assinado por essa pleiade de homens que passaram à história sob o nome de «geração de 1870». Antero, Teófilo de Braga, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Batalha Reis e Guilherme de Azevedo — tinha feito o seu reboiço, havia agitado a pacatez serôdia do meio ambiente, mas neste início do século XX, passara já para os arquivos históricos. Não sem que antes houvesse deixado algum fermento republicano.

Cada vez mais arreigado nas camadas populares, imperava o espírito da necessidade de um governo e de uma constituição republicana. Rafael Bordalo Pinheiro populariza o seu «Zé Povinho», ao mesmo tempo que traça, com as suas caricaturas de crítica política e social, um quadro geral da situação do País e das classes laboriosas que então o compunham. Em 1891, no Porto, a primeira tentativa de insurreição republicana é levada a cabo, sem sucesso. Abate-se feroz repressão sobre populares e partidários de um regime democrático. A coroa reforça a sua ditadura.

Em 1906, ano a que nos reportamos, a situação nacional, do ponto de vista político e económico, não se alterara senão para pior: a massa que viria a ser utilizada para o amargo pão da I guerra mundial, 1914/18, fermentava. As potências imperiais negociavam, no segredo dos gabinetes, a partilha do mundo em esferas de influência. Portugal defendia-se mal, como podia e sabia, uma vez que a gerência destes negócios estava entregue à inépcia do regime monárquico. O «Ultimatum» movimentara a opinião pública, dera força aos republicanos, apesar do fracasso da intentona de 31 de Janeiro no Porto. A situação nacional apodrecia, e, ao mesmo tempo, amadurecia. No entanto, a curto termo, não havia solução viável para os grandes problemas que afligiam as classes trabalhadoras.

Por isso, estas, despovoando o País, emigravam. E é assim que, subitamente, na revista «Serões» n.º 11, de 1906, vamos encontrar alguns dados históricos da então realizada odisséia dos emigrantes portugueses nos Estados Unidos da América do Norte. Havia pouco que a cidade de S. Francisco, na Califórnia, fora abalada por um colossal terramoto. A estrutura colonial do casario da cidade ruira, porque construído inteiramente em madeira. Dos escombros deste passado de pioneirismo, iria nascer a moderna S. Francisco de betão e arranha-céus: um passo para a entrada no século XX, no qual a comunidade portuguesa se fez representar!



Alfredo Mesquita, assina um artigo alusivo à cidade e aos emigrantes portugueses residentes na sua área. Dele extraímos, sucintamente, o texto que segue.

O SONHO DA AMÉRICA UM RELATO DE 1906

Nos Estados Unidos da América vivem 140 000 portugueses, dos quais 40 000 habitam a Califórnia. Os restantes distribuem-se pelos estados do Massachusetts, Rhode Island, Pennsylvania, Georgia, Luisiana e Virginia. Empregam-se nos trabalhos do campo, na criação e exploração de gado, no mar como marinheiros e pescadores, assim como nas indústrias mecânicas, sobretudo como fabricantes de tecidos.

Alguns, como os senhores Bernardo Fernandes, natural da Figueira da Foz, e Manuel T. Freitas, da Ilha de S. Jorge, são tidos por milionários. Os pecúlios de 20 000 dólares são numerosos e passam, aqui, despercebidos; ainda mesmo os possuidores de 100, 200 ou 300 mil dólares não dão nas vistas. Os milhões dos Vanderbilt, dos Carnegie, dos Rockefeller, ofuscam na América todas as pequenas fortunas.

A comunidade portuguesa merece muito estima dos americanos. As suas perfeitas qualidades de sobriedade, amor ao trabalho e respeito pela lei grangearam-lhe uma excelente reputação. Os portugueses que emigram para a América do Norte americanizam-se rapidamente, sem todavia perderem o amor da terra em que nasceram. Começam por aprender o inglês, para mais facilmente poderem participar da formidável labuta que é toda a vida americana. Chegam mesmo só a falar a língua inglesa entre eles; mas a sua leitura predilecta em horas de lazer é sempre a dos nossos bons autores nacionais, aqueles que mais lhes falam ao coração das coisas ternas do seu País. Lá têm as suas igrejas, construídas e sustentadas à sua custa; as suas associações de beneficência e de socorros mútuos, numerosas e bastante importantes, as suas escolas e os seus jornais, impressos em português; as suas festas populares, como as do Espírito Santo; as comemorações festivas das datas patrióticas como o 1.º de Dezembro.

A tremenda catástrofe que, de um dia para o outro, envolveu em escombros uma avultada parte daquela promissora terra da Califórnia, destruindo tantos lares destes nossos irmãos, aniquilando tanto esforço, interrompendo tanta energia, esfacelando tanta esperança, impregna de uma palpitante oportunidade as ilustrações que se intercalam neste texto.

Por informações do ministro de Portugal em Washington, senhor Visconde de Alte, que imediatamente à catástrofe partiu para S. Francisco, sabia-se já que muito reduzido fora o número de vítimas entre os portugueses.

notícias breves

PRÉMIO PARA TRADUÇÃO DE LIVRO PORTUGUÊS

A melhor tradução de uma obra contemporânea (entenda-se séculos XIX e XX) de língua portuguesa, inédita em francês, será contemplada com 3500 francos (franceses) pela «Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Portugueses e Brasileiros» em Paris. Neste prémio anual agora instituído colabora a Fundação Gulbenkian com um subsídio. O objectivo é estimular o interesse de professores e estudantes franceses pela literatura de expressão portuguesa. O prémio será atribuído antes de 31 de Dezembro do corrente ano.

HOLANDA

A revista portuguesa «O Despertar», porta-voz do Centro Social e Cultural em Haia iniciou cursos de língua holandesa para adultos, funcionando estes na sua sede, Korte Lombardstr,

O DESPERTAR

Revista Portuguesa de Literatura da Holanda

4-6 Den Haag (Haia). Os cursos têm lugar todas as terças, quartas e quintas-feiras, das 19.30 às 21.30 horas, terminando a sua primeira fase em 25, 30 e 31 de Maio de 1978.

FRANÇA FESTIVAL DE FOLCLORE

De 29 a 30 de Outubro, por iniciativa da FATE (Federação das Associações dos Trabalhadores Emigrantes), organizou-se o «1.º Festival Folclórico da Emi-

COMUNIDADES PORTUGUESAS

gração» nos locais da «Casa do Povo» (maison du peuple) do bairro de Clichy. A realização constou de diversas actividades recreativas e culturais, como teatro, canto livre, poesia, música e palhaços. Participaram no referido Festival os seguintes ran-



chos folclóricos: Grupo Folclórico M. Portuguesa de Montlucçon, Rancho Folclórico da Associação Portuguesa de France-Conté, Grupo Folclórico «Estrelas Douradas» de Versailles, Rancho Folclórico da Associação «Encontro Português» de Puteaux, Rancho Folclórico da Associação de Colombes, Grupo Folclórico dos Portugueses de Plaisir, Rancho Folclórico da Associação de Clichy.

O Festival incluiu também uma distribuição de prémios para distinguir o melhor rancho folclórico, a melhor coreografia, o melhor instrumentista, solista, assim como o melhor par infantil.

NOVA ASSOCIAÇÃO

«ASSOCIATION PORTUGAISE SPORTIVE DE MONTPELLIER»

Publica no seu n.º 232, de 6 de Outubro do corrente, o «Journal Officiel — De La République Française» notícia a constituição da Association Portugaise Sportive de Montpellier, ao abrigo do Decreto-Lei de 12 de Abril de 1939 e Decreto de 1 de Junho de 1939, ficando assim oficialmente reconhecida e constituída a referida Associação, cujos objectivos visam organizar e desenvolver actividades desportivas, culturais e recreativas.

De facto, a Associação Portuguesa Desportiva de Montpellier, com um total de 130 associados e localizada no n.º 14 da Rue Bonnard, em Montpellier, integra um conjunto de residentes portugueses neste departamento (o 34), rodando de 3000 a 5000 emigrantes. Das actividades já encetadas destaca-se o futebol, presentemente a disputar o campeonato de promoção da 2.ª Divisão, a nível regional. Outras perspectivas de carácter recreativo e (ou) cultural estão, neste momento, dependentes de um factor importante: encontrar um local para sede e apoios específicos de quem de direito! A direcção desta Associação, cuja sede é provisória, corre o risco de ter que parar com as suas actividades, pelo que lança um apelo para que a ajudem e apoiem, dirigindo-se todos os interessados, entidades ou particulares, para o seguinte endereço:

Manuel Tavares Rodrigues
11, Rue General Lafon
34 000 Montpellier
França

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Na sua última edição o periódico «Tribuna do Emigrante», porta-voz da Federação das Associações dos Trabalhadores

TRIBUNA do EMIGRANTE

FORÇA PORTUGUESA DO BOM TRABALHO DO EMIGRANTE

Emigrantes neste país, insere algumas informações úteis, na sua «Tribuna Social», que transcrevemos na íntegra:

SE CAIR NO DESEMPREGO

Para beneficiar dos subsídios do desemprego, os trabalhadores emigrantes devem, como aliás todos os outros trabalhadores:

- Ter sido despedidos pelo patrão;
- Inscrever-se no mês seguinte ao despedimento na ANPE (Agência Nacional para Emprego) e marcar o ponto todos os 15 dias.

Mas os emigrantes têm ainda uma outra condição a respeitar:

- Possuir uma carta de trabalho válida.

Ratoeiras a evitar:

- As palavras mansas do chefe dizendo que infelizmente não há mais trabalho;
 - Prolongar as férias para além do período legal;
 - Assinar folhas de demissão em branco. Quando se é despedido, deve-se exigir do patrão um atestado que o confirme.
- Se a carta de trabalho ou de «séjour» deixou de ser válida no momento do despedimento, o trabalhador emigrante pode renová-la nas seguintes condições:

- Por 3 meses se se trata duma carta A (validade de 1 ano);
- Por 1 ano se se trata duma carta B ou C (validade de 3 anos).

Ratoeiras a evitar:

- O desempregado que tem direito ao renovamento da carta por 1 ano, não se deve conformar com as autoridades provisórias de 3 em 3 meses. Nesse caso, deve queixar-se junto à direcção departamental do trabalho.

Subsídios a que tem direito:

- **ASSEDIC.** Desempregados com menos de 65 anos de idade que tenham trabalhado 90 dias ou 520 horas durante o ano anterior ao despedimento. Montante: 40,25 por cento do salário durante 91 dias (mínimo 21 F diários). Duração: 365 dias (prolongações possíveis mediante determinadas condições).

- **SUBSÍDIOS DE ESTADO.** Desempregados que tenham trabalhado 150 dias durante o ano anterior ao despedimento. Montante: 13,50 F diários durante os 3 primeiros meses. Depois, 12,40 F durante os 9 meses restantes.

O trabalhador despedido individual ou colectivamente, porque o patrão fecha a porta ou decide acabar com certos postos de trabalho invocando razões económicas, tem direito a receber do desemprego 90 por cento do salário bruto, ou seja, o mesmo salário limpo de descontos, que recebia quando trabalhava.

Acções de despejo em casas de emigrantes



Foram recentemente publicados dois diplomas legais, sendo um destinado a possibilitar a regularização das ocupações de casas efectuadas antes de 14 de Abril de 1975 e o outro com o objectivo de alterar o condicionalismo das acções de despejo de habitações. Embora estes diplomas pouco venham alterar a situação das casas pertencentes a emigrantes — que já beneficiavam de regime especial — afigura-se de interesse para os emigrantes portugueses conhecer os aspectos mais significativos daqueles diplomas.

Assim, o Decreto-Lei n.º 293/77, de 20 de Julho, veio fundamentalmente, estabelecer um sistema de adiamento da data marcada para a efectiva desocupação do prédio. Assim, o requerimento do interessado, na decisão proferida em acção de despejo de prédio urbano arrendado para habitação, pode o juiz fixar prazo, não excedente a um ano, a contar do trânsito em julgado da mesma decisão, para a desocupação do prédio.

Por outro lado, a acção de despejo fundada na necessidade do prédio para habitação do senhorio ou para demolição, prevista no artigo 1096.º do Código Civil, voltou a ser permitida a qualquer proprietário, enquanto agora só os emigrantes e retornados é que o podiam fazer.

Quando a acção de despejo tiver como fundamento a falta de pagamento das rendas por parte do inquilino e este demonstrar que não tem meios para a pagar, o juiz poderá, também a requerimento do inquilino, autorizar que a desocupação efectiva se verifique dentro do prazo de um ano a contar da sentença de despejo. Ao mesmo tempo, o juiz comunicará este adiamento do despejo ao Instituto da Família e Acção Social, o qual indemnizará o senhorio pelas rendas não pagas.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 294/77, também de 20 de Julho, veio permitir a legalização das ocupações feitas até 14 de Abril de 1975, através de contratos de arrendamento a celebrar por acordo entre o proprietário e o ocupante ou, na falta desse acordo, por decisão judicial, a iniciativa de qualquer deles. Desta possibilidade compulsiva de legalização estão excluídas, entre outras, as casas pertencentes a emigrantes, tal como já se previne no Decreto-Lei n.º 198-A/75, de 14 de Abril, agora revogado. Portanto, na hipótese de qualquer casa pertencente a um emigrante ter sido ocupada, o proprietário não está obrigado a celebrar contrato de arrendamento, podendo requerer a desocupação através de uma acção de restituição de posse.

Isenção de sisa na compra de terrenos ou casas

Com alguma frequência, são dirigidas, à Secretaria de Estado da Emigração reclamações de emigrantes portugueses no estrangeiro, informando que compraram um terreno ou uma casa na convicção de que estavam isentos de sisa, mas que o pagamento da sisa lhes foi exigida pelas Finanças. Embora num ou noutro caso o emigrante tenha razão — e, por consequência, se tenha requerido às Finanças a devolução de sisa paga —, o certo é que, na maioria dos casos, a compra não se enquadra nas disposições legais que permitem a isenção ou redução da sisa, pelo que o pagamento desta é devido, contrariamente ao que o comprador supunha. No desejo de esclarecer o assunto, prestam-se as seguintes informações:

1 — Há um **regime geral** de isenção de sisa, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 472/74, de 20/9/74, com carácter temporário, mas que tem sido sucessivamente prorrogado por períodos anuais. Assim, pelo artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 952/76, de 31 de Dezembro, foi prorrogado, até 31 de Dezembro de 1977, o regime fixado no citado diploma.

Este regime aplica-se a todas as aquisições de habitações sitas em Portugal, quer os compradores sejam ou não emigrantes, desde que se verifiquem **todas** as condições a seguir indicadas:

- Se trate da primeira transmissão, isto é, da venda feita pelo construtor ao primeiro comprador (portanto, se este comprador revende a habitação, já não há lugar à isenção de sisa);
- Se trate de prédios ou suas fracções autónomas, destinadas a habitação, quer do próprio comprador, quer para arrendamento (portanto, não é necessário que seja para habitação própria do comprador; por outro lado, este regime não é aplicável na compra de terrenos);
- Escritura celebrada até 31/12/77 ou contrato promessa de compra e venda com as assinaturas reconhecidas por notário até 31/12/77 e do qual conste que o promitente comprador entregou sinal de importância não inferior a 40% do preço convencionado.

Mas, atenção: ainda que se verifiquem as condições acima indicadas, tal não significa que a aquisição esteja automaticamente isenta de sisa, uma vez que esta ainda depende do valor da habitação e do valor por metro quadrado, conforme, a seguir se indica:

- Se o valor da aquisição sobre que incidiria a sisa (isto é, o valor atribuído pelas Finanças ao prédio ou andar, que pode não ser igual ao valor real ou declarado da compra) não for superior a 1000 contos, nem o valor por metro quadrado de área coberta exceder 9 contos — a isenção da sisa é total, nada havendo a pagar;
- Se o valor atribuído à habitação pelas Finanças for superior a 1000 contos e inferior a 1600 contos, ou o valor por metro quadrado de área coberta for superior a 9 contos mas inferior a 12 contos — haverá redução da sisa a metade, pelo que terá de se pagar a sisa de 4 %;
- Se o valor atribuído à habitação pelas Finanças for superior a 1600 contos, ou o valor por metro quadrado de área coberta for superior a 12 contos — não haverá qualquer redução da sisa, pelo que terá de se pagar a sisa de 8 %.

2 — Existe um outro **régime especial** de isenção de sisa, do qual só poderão beneficiar os emigrantes portugueses residentes no estrangeiro, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 540/76, de 9/7/76 e modificado pela Lei n.º 21-B/77, de 9/4/77.

Uma primeira diferença em relação ao regime geral atrás descrito: o **regime especial** para emigrantes aplica-se não só à compra de prédios ou andares, mas **também à compra de terrenos**.

Outra diferença: a isenção ou redução de sisa não depende dos valores dos prédios, andares ou terrenos, nem do valor

por metro quadrado, mas **apenas do dinheiro transferido do estrangeiro e directamente aplicado na compra do andar, prédio ou terreno**.

As condições em que se verifica a isenção ou redução de sisa neste regime especial são as seguintes:

- Se o valor atribuído pelas Finanças ao terreno, prédio ou andar, para efeitos de sisa, não exceder o montante correspondente **ao dobro** da importância transferida do estrangeiro para Portugal e efectivamente utilizada na aquisição, haverá isenção total de sisa;
- Se esse valor exceder o montante referido no número anterior, será devida sisa apenas sobre o excesso.

Para exemplificar, imagine-se um terreno, prédio ou andar a que as Finanças atribuem o valor colectável de 1000 contos. A sisa a pagar depende da quantia transferida do estrangeiro e aplicada na aquisição de acordo com o quadro seguinte:

Quantia transferida e aplicada — hipóteses	Valor sobre que incide a sisa	Percentagem do valor do prédio isento de sisa
500 contos ou mais	0 (1000 - 2 x 500)	100 %
400 contos ou mais	200 contos (1000 - 2 x 400)	80 %
300 contos ou mais	400 contos (1000 - 2 x 300)	60 %
200 contos ou mais	600 contos (1000 - 2 x 200)	40 %
100 contos ou mais	800 contos (1000 - 2 x 100)	20 %

A Lei n.º 21-B/77, de 9/4/77, veio estabelecer uma importante alteração relativamente ao Decreto-Lei n.º 540/76: é que deixou de ser necessário pedir um empréstimo para beneficiar da isenção ou redução de sisa e da contribuição predial.

Quer dizer, o interessado pode prescindir do empréstimo, se quiser, que não perde o direito àqueles benefícios, desde que a aquisição:

- Seja efectuada ao abrigo do sistema de poupança-crédito;
- Embora sem recurso ao crédito, o adquirente utilize **directamente na aquisição** importâncias transferidas do estrangeiro ou a conta de depósito constituídas com o contravalor em escudos de valores transferidos do estrangeiro.

Para efeitos de redução ou isenção de sisa no regime especial, os respectivos emigrantes deverão requerer à instituição financeira portuguesa através da qual efectuam as suas remessas de dinheiro para Portugal, ou onde têm aberta a conta especial formada com o contravalor em escudos de valores transferidos do estrangeiro, um documento comprovativo da aplicação desses valores na compra do andar, prédio ou terreno, para apresentarem no cartório notarial (se a compra estiver totalmente isenta de sisa) ou na repartição de Finanças (se houver lugar apenas a redução da sisa).

A Secretaria de Estado da Emigração continua à disposição dos trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro para prestar quaisquer esclarecimentos que lhe sejam solicitados sobre o assunto, em face dos casos concretos de compras de habitações ou terrenos por emigrantes em que se suscitem dúvidas quanto ao direito à redução ou isenção de sisa.

Normas reguladoras da importação de armas de caça

IMPORTAÇÃO TEMPORÁRIA

1 — O residente no estrangeiro ao vir a Portugal, em férias, pode trazer uma espingarda de caça incluída na bagagem, devendo proceder ao seu desembarço no posto alfandegário por onde entrar, onde lhe indicarão as formalidades relativas à importação temporária;

2 — Tais formalidades compreendem um depósito da quantia de 1000\$00, sendo emitido um documento que servirá de licença de uso e porte de arma. Esta facilidade é limitada ao prazo de 60 dias, prorrogável, em casos devidamente justificados, por mais dois períodos de igual duração. As prorrogações são solicitadas no Comando-Geral ou nos Comandos Distritais da Polícia de Segurança Pública;

3 — Terminado o prazo concedido para a importação temporária da arma, esta deve ser levada para fora do país ou submetida ao regime de importação definitiva. O não cumprimento destas normas implicará no procedimento fiscal inerente à sua indevida permanência;

4 — A quantia depositada é restituída ao proprietário da arma quando este sair do país, recomendando-se que se facilite o reembolso, a saída se efectue pelo posto fronteiriço onde tiver sido efectuado o depósito.

Nota: Esta modalidade de importação é aplicável aos pretendam dedicar-se à caça ou torneios desportivos, entre o período de férias em Portugal.

IMPORTAÇÃO DEFINITIVA

Quando o proprietário da espingarda deseja deixá-la em Portugal:

1 — Se trazer a arma consigo, uma vez que faça prova por documento fidedigno que é de sua propriedade (é conveniente que conste do certificado de bagagem emitido pelo Consulado, no caso do regresso definitivo do emigrante) e ainda que a arma tem mais de um ano e evidentes sinais de uso, **poderá ser concedida a isenção do pagamento dos direitos** desde que requeira à Direcção da Alfândega do Porto ou de Lisboa (consoante a Delegação Aduaneira para onde tiver pedido, na fronteira, a remessa da arma) a entrega da espingarda nas condições referidas, a qual só

se efectuará após o cumprimento das formalidades relativas ao registo da arma;

2 — Se a arma for nova fica sujeita ao pagamento de todas as imposições fiscais;

3 — A espingarda quer nova quer usada só pode ser desembaraçada pelos Serviços Aduaneiros depois de submetida a exame de perito militar e, ainda, sob condição do importador estar munido da respectiva licença de uso e porte de arma;

4 — Não poderá a arma ser entregue ao proprietário logo que chegue à fronteira, mas somente após mostrarem-se satisfeitas as condições mencionadas em 3. Entretanto a espingarda fica retida na Alfândega;

5 — Não é necessária a intervenção de despachante aduaneiro desde que a arma venha incluída na bagagem;

6 — Os direitos a pagar pela importação, tratando-se de uma espingarda de um cano — se ela estiver nas condições de beneficiar da pauta mínima — são, respectivamente, de 280\$00 ou 800\$00, conforme se trate de uma arma guardada de cães ou desprovida deles; mas, tratando-se de uma espingarda de mais de um cano, os direitos a pagar, na pauta mínima, são respectivamente de 520\$00 ou 880\$00 conforme a arma possua ou não, cães;

7 — As armas que não beneficiem da isenção referida em 1, estão sujeitas ao pagamento não só dos direitos de importação referidos em 6, mas também a outras imposições, como emolumentos e selo, sobretaxa de 30 % sobre o valor da arma e ainda ao imposto de transacções cuja taxa de 60 % é calculada sobre uma importância obtida pela soma dos seguintes valores parcelares:

- valor da arma, devidamente comprovado pela factura de compra, visada pela Câmara de Comércio local;
- imposições relativas ao despacho, como direitos, imposto de selo, tráfego da Alfândega, emolumentos, etc.;
- sobretaxa de 30 % sobre o valor da arma;
- taxa de 40 % sobre o total das 3 parcelas anteriores, relativa a lucro presumível.

8 — Assim, **tomando como exemplo** o caso de uma espingarda de dois canos, sem cães, nova, cujo valor de aquisição é de 10 000\$00, a sua importância definitiva importará num dispêndio aproximado de 15 816\$00:

Direitos aduaneiros...	880\$00
Imposições fiscais várias...	150\$00
Sobretaxa de 30 %...	3 000\$00
Imposto de transacção...	11 786\$00
	15 816\$00

Nota: Como se compreende, estas informações são válidas à data em que são facultadas pelo que, em caso de posterior alteração dos regimes de importação indicados, não poderá ser imputada qualquer responsabilidade aos Serviços que, no entanto, não deixarão de actualizar as informações sempre que for o caso.

Cartas de condução em França

1 — Segundo a lei francesa, podem ser trocadas em França as cartas de condução tiradas em países estrangeiros, **desde que essas cartas tenham sido tiradas antes do seu titular residir em França**. Neste caso, a troca pela carta de condução francesa só pode ser requerida **depois do titular residir em França há mais de um ano**.

2 — Por outro lado, um português residente em França durante vários anos que, por qualquer razão, **deixa a França por um período superior a seis meses** e obtém em Portugal (desde que aqui resida durante esse período) uma carta de condução, poderá conduzir em França com esta carta. Todavia, só depois de um ano de domicílio em França, após

o seu regresso, é que poderá requerer a troca por uma carta de condução francesa.

3 — Tanto num caso como noutro, as cartas de condução portuguesas devem ser acompanhadas da sua tradução oficial e por **atestados de autenticidade**, passados pelos respectivos consulados portugueses, de acordo com a circular francesa n.º 75-262, de 26/5/75.

4 — Assim, as cartas de condução obtidas em Portugal, durante as férias de portugueses residentes em França, **não são reconhecidas em território francês nem poderão ser trocadas por cartas de condução francesas**. Por consequência, os titulares destas cartas só poderão conduzir em França se obtiverem uma carta de condução francesa mediante o respectivo exame de condução perante os serviços franceses competentes.

5 — Embora fosse mais fácil aos portugueses residentes em França, obter as suas cartas de condução em Portugal, **durante as férias**, do que submeter-se a exame em França, nada podemos fazer para modificar estas disposições. Trata-se, com efeito, de leis francesas, aplicáveis **a todos** os estrangeiros residentes em França, certamente ditadas pela necessidade de evitar falsificações de cartas e reduzir o número de acidentes nas estradas francesas, pelo que se torna obrigatório o seu cumprimento por todos os portugueses enquanto residirem em França.

Aquisição, conservação e perda da nacionalidade portuguesa

Dado que o assunto se reveste de interesse para os emigrantes portugueses que, no estrangeiro, casam, têm filhos ou adquirem outra nacionalidade, indicamos, seguidamente, alguns aspectos legais sobre a aquisição, conservação e perda da nacionalidade portuguesa.

AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA PELO NASCIMENTO

A lei portuguesa segue, predominantemente, o princípio do «jus solis», quer dizer, considera como critério principal o facto do nascimento ocorrer, ou não, em território português.

Assim, por mero efeito da lei, são portugueses, desde que hajam nascido em território português:

- a) Os filhos de pai português;
- b) Os filhos de mãe portuguesa, se o pai for apátrida, de nacionalidade desconhecida ou incógnito;
- c) Os filhos de pais apátridas, de nacionalidade desconhecida ou incógnitos;
- d) Os filhos de pai estrangeiro, salvo se este estiver em território português ao serviço do Estado a que pertence;
- e) Os filhos de mãe estrangeira, se o pai for apátrida de nacionalidade desconhecida ou incógnito, salvo se aquela estiver em território português ao serviço do Estado a que pertence.

Como regra geral, não é atribuída a nacionalidade portuguesa aos nascidos no estrangeiro, ainda que filhos de pais portugueses. Mas esta regra tem excepções.

Em primeiro lugar, são igualmente portugueses, conquanto nascidos em território estrangeiro, os filhos de pai ou mãe portugueses que nesse território se encontrem ao serviço do Estado Português.

Desde que os pais não se encontrem no estrangeiro ao serviço do Estado Português — e é esta situação que se verifica em relação à generalidade dos emigrantes portugueses residentes no estrangeiro — a nacionalidade portuguesa só pode ser atribuída aos nascidos no estrangeiro por efeito da vontade, declarada ou presumida.

Assim, são considerados portugueses os filhos de pai português nascidos no estrangeiro, desde que satisfaçam a alguma das seguintes condições:

- a) Declararem por si, sendo maiores ou emancipados, ou pelos seus legais representantes, sendo incapazes, que querem ser portugueses. Portanto, dado que o filho menor é, legalmente, incapaz, desde que o pai português declare que deseja que a nacionalidade portuguesa seja atribuída ao seu filho, esta é-lhe concedida;
- b) Terem nascimento inscrito no registo civil português (quer em Portugal, quer nos consulados portugueses no estrangeiro) através de declaração prestada pelos próprios, sendo maiores ou emancipados, ou pelos seus legais representantes, sendo incapazes;
- c) Estabelecerem domicílio voluntário em território português e assim o declararem perante a entidade competente.

São tidos igualmente como portugueses, desde que se verifique alguma das condições previstas na base anterior, os filhos de mãe portuguesa nascidos em território estrangeiro, se o pai for apátrida, de nacionalidade desconhecida ou incógnito.

AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA POR NATURALIZAÇÃO

O Governo Português, a requerimento dos interessados, poderá conceder a nacionalidade portuguesa, mediante naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições, a provar através de documentos a entregar com o requerimento:

- a) Serem maiores ou havidos como tais, tanto pela lei portuguesa como pela lei nacional do seu Estado de origem;
- b) Terem a capacidade necessária para granjear salário suficiente pelo seu trabalho ou outros meios de subsistência;
- c) Terem bom comportamento moral e civil;
- d) Terem cumprido as leis de recrutamento militar do país de origem, no caso de não serem apátridas ou de nacionalidade desconhecida;
- e) Possuírem conhecimentos suficientes, segundo a sua condição, da língua portuguesa;
- f) Residirem há três anos, pelo menos, em território português.

PERDA DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

Nos termos da Base XVIII da Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959, perde a nacionalidade portuguesa:

- a) «O que voluntariamente adquire nacionalidade estrangeira;
- b) O que, sem licença do Governo, aceita funções públicas ou preste serviço militar a Estado estrangeiro, se, não sendo também súbdito desse Estado, não abandonar essas funções ou serviço dentro do prazo que lhe for designado pelo Governo;
- c) A mulher portuguesa que case com estrangeiro, salvo se não adquirir, por esse facto, a nacionalidade do marido ou se declarar até à celebração do casamento que pretende manter a nacionalidade portuguesa;

- d) O que, havendo nascido em território português e sendo também nacional de outro Estado, declare, por si, sendo capaz, ou pelo seu legal representante, sendo incapaz, que não quer ser português;
- e) Aquele a quem, sendo incapaz, tenha sido atribuída a nacionalidade portuguesa, por efeito da vontade declarada ou presumida, ou a tenha adquirido por efeito de declaração do seu representante legal, se declarar, quando capaz, que não quer ser português e provar que tem outra nacionalidade».

Se a aquisição da nacionalidade estrangeira for determinada por naturalização directa ou indirectamente imposta a residentes no respectivo Estado, ou se os factos referidos na alínea b) do número anterior só forem conhecidos depois de haverem cessado o exercício das funções ou a prestação do serviço militar ou o Governo não chegar a designar prazo para o seu abandono, é ao Conselho de Ministros que compete decidir, ponderadas as circunstâncias particulares de cada caso, sobre a perda ou a manutenção da nacionalidade portuguesa. (Base XIX).

A perda da nacionalidade portuguesa pode ser decretada pelo Governo, por deliberação do Conselho de Ministros, em relação:

- a) «Aos portugueses havidos também como nacionais de outro Estado que, principalmente após a maioridade ou emancipação, se comportem, de facto, apenas como estrangeiros;
- b) Aos portugueses definitivamente condenados por crime doloso contra a segurança externa do Estado ou que ilicitamente exerceram a favor de potência estrangeira ou de seus agentes actividades contrárias aos interesses da Nação Portuguesa». (Base XX).

Quanto ao caso previsto na alínea a) deste número, note-se que a perda de nacionalidade poderá tornar-se extensiva à mulher e aos filhos incapazes do plurinacional se todos forem também havidos como nacionais do outro Estado; este regime não será, porém, aplicável aos filhos se o não for simultaneamente à mulher. (Base XXI).

DUPLA NACIONALIDADE PORTUGUESA E ESTRANGEIRA

Mantém a nacionalidade portuguesa, embora tenha outra nacionalidade, passando portanto a ser binacional:

- a) A mulher portuguesa que case com estrangeiro, se adquiriu, por esse facto, a nacionalidade do marido e se declarar até à celebração do casamento que pretende manter a nacionalidade portuguesa;
- b) O que, havendo nascido em território português e sendo também nacional de outro Estado, não declare, por si, sendo capaz, ou pelo seu legal representante, sendo incapaz, que não quer ser português;
- c) Aquela a quem, sendo incapaz, tenha sido atribuída a nacionalidade portuguesa, por efeito da vontade, declarada ou presumida, ou a tenha adquirido por efeito de declaração do seu representante legal, se provar que tem outra nacionalidade e não declarar, quando capaz, que não quer ser português.

OS LEITORES ESCREVEM

AOS NOSSOS LEITORES

A correspondência dos nossos leitores para esta revista deve ser dirigida para a seguinte morada:

Revista «25 DE ABRIL – COMUNIDADES PORTUGUESAS»

Secretaria de Estado da Emigração
Palácio das Necessidades, 1.º piso
Largo do Rilvas
Lisboa-Portugal

SUBSÍDIOS DE RETORNO

No caso de regressar definitivamente a Portugal e ter direito aos 10 mil francos, onde me devo dirigir para recebê-los? Aqui dizem que são pagos em Portugal.

Tito Zacarias (França)

O subsídio de auxílio ao retorno, concedido pelo Governo francês, deve ser solicitado pelos interessados nos Serviços de Emprego da área da residência em França (Agence Nationale pour l'Emploi).

OCUPAÇÕES DE CASAS

Tenho uma casa em Castro Marim que foi ocupada mesmo antes de acabada de construir. Investi nessa casa todo o dinheiro que até, hoje consegui economizar como emigrante na República Federal da Alemanha. Por isso apelo para que o inquilino seja obrigado a pagar a renda, ou dando ordens para que a Câmara o obrigue a fazê-lo.

Mário Gonçalves Sequeira (Castro Marim)

As ocupações de casas encontram-se expressamente proibidas, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 294/77, de 20-7-77. Na hipótese de não conseguir por via amigável ou administrativa o desejo da casa, deverá recorrer a Tribunal a fim de intentar a competente acção judicial, ou

seja de restituição de posse, ao abrigo do art.º 1033 do Código de Processo Civil.

ACÇÃO DE DESPEJO

Tenho uma tia em Portugal, pela parte da minha esposa, na freguesia da Penha de Águia. Viúva e sem filhos, fez-me uma escritura de doação sobre uma casa de habitação e um quintal que ela possui na freguesia acima descrita. Na referida casa encontra-se lá um casal a viver aproximadamente à 29 anos (pagando uma renda mensal de 7140\$00), os quais contestaram sobre a dita casa e o quintal, julgando-se com direito a ela. Peço por isso o favor de me darem uma informação para eu saber se poderei estar à vontade ou se a lei dá o direito ao casal que actualmente está a ocupar a casa.

Mais acrescento que já me encontro há mais de dez anos fora do nosso Portugal, contando já onze anos que passei em Moçambique. Mas finalmente encontro-me desejoso por regressar definitivamente a Portugal, pois a minha idade já vai andando. E no caso de a habitação da minha tia possa ser para mim, também agradecia que me informem como devo fazer para que ela seja desocupada para eu ir para lá viver, uma vez que não tenho outra casa.

João Baptista Bordalo (França)

Nos termos da legislação actualmente em vigor (Lei n.º 63/77, de 25 de Agosto) o locatário habitacional de imóvel urbano apenas goza do direito de preferência na compra e venda ou dação em cumprimento do mesmo, e não, como é compreensivo, na doação.

Assim, quando V. Ex.ª se encontrar na situação de proprietário terá de proceder, caso por acordo não obtenha o despejo, em conformidade com as disposições legais em vigor cujo resumo se insere na nota informativa sobre «Acções de despejo em casas pertencentes a emigrantes» que lhe enviamos.

IMPORTAÇÃO DE BENS PESSOAIS

Comprei em Setembro do ano findo uma pequena betoneira para fazer aqui um biscate, e já na intenção de a levar para Portugal pois tenho lá umas casas velhas que já têm recebido beneficiações mas que muito ainda precisam. Como eu trabalho aqui na construção civil e pretendo possivelmente ir em definitivo para Portugal para o próximo ano, com este meio de auxílio muito farei sozinho, pois a mão-de-obra está muito cara. Os recursos das minhas economias não me dão o suficiente para viver sem fazer qualquer coisa, mas também não pretendia trabalhar por conta de patrões mas sim por conta própria, criando algum gado e amanhando uns pequenos terrenos que tenho. Para isso tenho que fazer palheiros e capoeiras, e eis o motivo da ideia da referida betoneira. Como acima refiro, pretendia que me esclarecessem sobre o que terei que pagar de imposto, pois que se for muito caro terei que a vender o que me faz pena, pois me custou 1090 francos.

António M. Frazão Dâmaso (França)

Não nos é possível indicar antecipadamente os impostos que serão devidos, pois que, só em presença das mercadorias, no acto do despacho, é possível aos Serviços Aduaneiros determinar exactamente o montante dos direitos e demais imposições exigíveis. No entanto, esclarecemos que as betoneiras, fixas ou móveis, pesando até 2000 quilogramas, estão sujeitas, na importação, à taxa de 8\$00 por quilograma, se lhes for aplicável a pauta mínima e que, para poder beneficiar desta, deverá comprovar a origem das mercadorias, desde que dê origem ao referido regime, mediante a apresentação do competente certificado de origem.

DESCONTOS PARA A PREVIDÊNCIA

Agradeço que me informem se os descontos que fazemos aqui vão para aí, ou melhor, se os descontos que cá fazemos, um dia beneficiamos deles em Portugal. Por exemplo: se eu for embora poderei ter a reforma sobre o dinheiro que cá descontei?

Arnaldo Loureiro (França)

Os descontos feitos pelo trabalhador para a segurança social francesa não podem ser reembolsados nem transferidos para Portugal.

Serão, porém, tomados em consideração para a verificação do direito a pensão de velhice ou sobrevivência quando o trabalhador atingir a

idade necessária. Para esse efeito serão totalizados com os descontos eventualmente feitos em Portugal.

O trabalhador deve conservar em seu poder os documentos comprovativos da sua actividade profissional em França, tais como certificados de trabalho de cada empresa onde trabalhou e o cartão de matrícula na segurança social (carte d'immatriculation e d'affiliation).

Para esclarecimentos mais pormenorizados deverá dirigir-se à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, Rua da Junqueira, 112 — Lisboa 3.

COMPRA DE TERRENOS BALDIOS

Em 1974 comprei um terreno baldio à Câmara Municipal de Viseu, o qual me foi vendido pela Junta de Freguesia do Rio de Loba, em Travassos de Baixo. Então, como o Estado dava a facilidade de levantar dinheiro para construir, eu dirigi-me à Caixa Geral de Depósitos e pedi o empréstimo. Tudo correu bem até ao seguinte ponto: não posso fazer o registo do terreno na conservatória, em virtude de o Governo ter cancelado todos os registos de vendas de baldios. Confiado no dito empréstimo, comecei uma obra, para o que contratei um empreiteiro no ano findo, e deixei lá um procurador para tratar do assunto com a Caixa. Já me prejudiquei em 300 contos, pois o empreiteiro teve que parar por falta de capital, e o empréstimo não me é concedido enquanto não registar o terreno.

Peço que me informem sobre o que devo fazer para obter o dito empréstimo, ou até quando vigora esse decreto, que no fim de contas vem prejudicar muitos emigrantes.

António de Oliveira Pereira (Viseu)

Nos termos da legislação actualmente em vigor na matéria (Decreto-Lei n.º 39/76 e 40/76, de 19 de Janeiro) os actos ou negócios jurídicos que tenham como objectivo a apropriação de terrenos baldios ou parcelas de baldios por particulares são anuláveis a todo o tempo.

Há a notar, porém, que sempre que sejam anulados actos ou negócios jurídicos que tiveram como efeito a passagem à propriedade privada de baldios ou parcelas de baldios a anulação não abrangerá as parcelas de terrenos ocupadas por quaisquer edifícios para habitação e fins agrícolas, comerciais ou industriais e seus acessos, bem como uma área de logradouro à volta dos referidos edifícios dez vezes superior à área do terreno por eles ocupada.

Para a obtenção de informações concretas sobre a actual situação dos terrenos baldios na freguesia indicada por V. Ex.ª deverá contactar a respectiva Junta, ou a Câmara Municipal de Viseu.

CIRCUITO DE CINEMA GRATUITO PARA ASSOCIAÇÕES DE PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

Conforme prometemos no último número indicamos a lista dos filmes de fundo e dos documentários que poderão ser requisitados.

Uma vez que os filmes estão distribuídos por todos os países onde o «circuito de cinema» da S. E. E. funciona serão organizadas «listas de espera» em relação a cada filme que na altura não se encontre dispo-

nível. Será pois conveniente que, para o efeito, os responsáveis pelas associações informem estes Serviços (Serviços de Informação e Apoio Cultural — Praça do Areeiro, n.º 11, 2.º, Esq., Lisboa-1) das suas preferências caso esses filmes não se encontrem na área consular a que pertencem.

Relativamente a cada filme de fundo vai indicado o género

de que trata, o tempo de projecção, tipo de fotografia, preto e branco ou colorida, e a classificação por idades que lhe foi atribuída na exibição comercial.

No próximo número contaremos informar os títulos de filmes que a S. E. E., está a tentar incluir no «circuito».

RELAÇÃO DOS FILMES DE FUNDO

Título	Fotograf.	Tema	Tempo	Classif. maiores de)
Véu Azul	P & B	drama	1 h 27'	13
O Mestre Escola	P & B	drama	1 h 35'	13
A Galinha dos Ovos de Ouro	P & B	juvenil	1 h 25'	6
Sabú e o Anel Mágico	P & B	drama	1 h 03'	6
King-Kong	P & B	drama	1 h 38'	10
A Grande Parada do Riso	P & B	drama	1 h 04'	6
A Lenda da Flauta Mágica	P & B	drama	1 h 05'	6
O Trigo e o Joio	P & B	drama	1 h 50'	18
Pedro Só	P & B	drama	1 h 10'	13
O Recado	cor	político	1 h 50'	18
Nazaré	P & B	drama	1 h 24'	13
Vidas Sem Rumo	P & B	drama	1 h 16'	13
O Passado e o Presente	cor	crítica social	2 h 03'	13
Aniki-Bóbo	P & B	juvenil	1 h 16'	6
Acto da Primavera	cor	teatro amador	1 h 30'	6
O Ladrão de Quem se Fala	P & B	juvenil	1 h 40'	10
A Maluquinha de Arroios	P & B	comédia	1 h 43'	18
Uma Abelha na Chuva	P & B	crítica social	1 h 26'	18
Perdido por Cem	P & B	crítica social	1 h 43'	13
O Mal Amado	P & B	crítica social	1 h 39'	18
A Promessa	cor	drama	1 h 37'	18
Os Touros de Mary Foster	cor	romance	1 h 50'	13
O Costa do Castelo	P & B	comédia	2 h 11'	10
O Leão da Estrela	P & B	comédia	2 h 01'	10
A Menina da Rádio	P & B	romance	1 h 51'	10
Os Três da Vida Airada	P & B	comédia	1 h 38'	6
O Grande Elias	P & B	comédia	1 h 54'	10
A Cruz de Ferro	P & B	drama	2 h 23'	18
Os Três Espelhos	P & B	policial	1 h 22'	13
Ala Arriba	P & B	drama	1 h 23'	13
O Cerco	P & B	crítica social	2 h 01'	18
Domingo à Tarde	P & B e cor	drama	1 h 50'	18

Título	Fotograf.	Tema	Tempo	Classif. maiores de)
Camões	P & B	histór.	1 h 58'	10
Verdes Anos	P & B	drama	1 h 34'	18
Mudar de Vida	P & B	crítica social	1 h 38'	13
Lotação Esgotada	P & B	crítica social	1 h 46'	13
Estrada da Vida	P & B	drama	1 h 47'	18
O Destino Marca a Hora	P & B	drama	1 h 42'	13
9 Rapazes e um Cão	P & B	juvenil	1 h 24'	6
29 Irmãos	P & B	romance	1 h 34'	13
Um Homem do Ribatejo	P & B	drama	1 h 58'	13
A Luz Vem do Alto	P & B	drama	1 h 30'	13
Maria Papoila	P & B	comédia	1 h 50'	10
Bonança & C.ª	P & B e cor	juvenil	1 h 50'	13
Quando o Mar Galgou a Terra	P & B	drama	1 h 35'	13
Sinal Vermelho	cor	policial/social	1 h 37'	13
Brandos Costumes	cor	político/social	1 h 15'	13
Benilde ou a Virgem Mãe	cor	relig. ficção	1 h 45'	18
O Princípio da Sabedoria	cor	ficção	2 h 30'	18

RELAÇÃO DOS DOCUMENTÁRIOS

Títulos	Fotog.	Tema	Tempo
Madeira, Primavera Eterna	cor	turístico	15'
Escrito na Pedra	cor	cultural	10'
Açores n.º 2	cor	turístico	10'
Portugal de Mil Cores	cor	turístico	13'
Guia Turístico de Coimbra	cor	turístico	10'
Abrantes, a Arte e a Vida	cor	tur./etnog.	11'
Açores n.º 1	cor	turístico	10'
Algarve	cor	turístico	12'
As Algas	cor	cultural	11'
Aveiro	cor	turístico	10'

RELAÇÃO DOS DOCUMENTÁRIOS (cont.)

Títulos	Fotog.	Tema	Tempo
Aviões na Agricultura	cor	técnico	20'
Bago de Ouro	cor	etnográfico	15'
A Caça	cor	ficção	20'
Os Caminhos da Liberdade	P & B	político	50'
Caminhos do Sol	cor	turístico	17'
O Cavalo Português	cor	cultural	9'
Colecção Calouste Gulbenkian	cor	cultural	15'
Dobragem de um Tubo a Frio	cor	técnico	4'
E Era o Mar... Sesimbra	cor	turístico	20'
Era Uma Vez... Amanhã	cor	ficção	10'
Eu Quero a Lua	cor	des. anim.	4'
O Fado	cor	musical	18'
Fados por Amália Rodrigues	P & B	musical	8'
Festa dos Emigrantes	P & B	informat.	5'
Freixo de Espada-à-Cinta	cor	turístico	10'
Gente do Mar	cor	etnográfico	7'
O Gótico em Portugal	cor	cultural	16'
Homens e Touros	cor	arte/espect.	26'
Lisboa é Sempre Lisboa	cor	turístico	15'
Louças de Barro	P & B	etnográfico	9'
Madeira, um Inverno de Sol	cor	turístico	15'
A Matança do Tempo	cor	etnog./tur.	39'
Moinhos de Portugal	cor	etnográfico	10'
Mosaicos	cor	cultural	11'
Moviemania	cor	humor./tur.	20'
Museu Nacional dos Coches	cor	cultural	13'
Nossos Artistas, Nossas Canções	cor	musical	15'
Outono em Lisboa	cor	turístico	14'
O Ovo e a Galinha	cor	educat. (juv.)	4'
Peneda-Gerez	cor	turístico	20'
Peneda-Gerez, 1 Tema para 4 Estações	cor	turístico	15'
O Pintor e a Cidade	cor	cultural	25'
As Pinturas do Meu Irmão Júlio	cor	cultural	15'
Porto, 1100 Anos	cor	cultural	30'
Portugal Desconhecido	cor	turístico	17'
A Pousada das Chagas	cor	cultural	18'
Ribatejo em Festa	cor	etnográfico	15'

Títulos	Fotog.	Tema	Tempo
Sever do Vouga... Uma experiência	cor	téc./agric.	30'
Sobre a Terra e Sobre o Mar	cor	téc./agric.	13'
A ver Viana	cor	turístico	10'
Vida e Obra de Ferreira de Castro	cor	cultural	25'
Vida por Vida	cor	educativo	20'
Vilarrinho das Furnas	P & B	etnográfico	67'
Vitória da Liberdade	cor	político	12'
Comunal - Cooperativa de Produção em Argea	P & B	social	24'
Cooperativa da Lourinhã	P & B	social	31'
Cooperativa de Arrentela	P & B	social	21'
O Piano	P & B	c.s./etnog./ficção	35'
O Circo - O Espectáculo	P & B	social	45'
Almadra Atuneira	P & B	etnográfico	20'
Entremês Famoso Sobre da Pesca no Rio Minho	cor	ficção/arte/etnográfico	35'
Mais e Melhor Fruta	cor	técnica agr./educativa	25'
Cantigamente	P & B	histórico/musical/humorístico	1h17'
A Procissão dos Bêbedos	P & B	etnográfico	1h13'
O Alcoolismo	P & B	social	30'
As Duas Bonecas	P & B	recreativo/infantil	10'
Opção Europa	cor	político	21'
Volta Pelo Manuelino	cor	cultural	13'
Assim Começa uma Cooperativa	P & B	social	16'
Évora a Cidade	cor	etnográfico	20'
Almada Negreiros - Vivo Hoje	cor	cultural	25'
Dois Anos de Revolução	cor	político	35'
Para Onde vai o Homem?	cor	social	10'
Influência Portuguesa nas Artes Orientais e de Benim	cor	cultural	18'
A Iluminura em Portugal	cor	cultural	16'
A Ourivesaria Portuguesa	cor	cultural	22'
O Leproso	cor	ficção	22'
O 10 de Junho (painel dos artistas)	cor	cultural	14'
O Bom Gigante	cor	infantil	22'

«A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional».

«A todos é garantido o direito de emigrar ou de sair do território nacional e o direito de regressar».

(art.º 44.º da «Constituição da República Portuguesa»)

AVISO AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para **Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas» — Secretaria de Estado da Emigração — Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa — Portugal.**
2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a **SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO.**
3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

Países da Europa	250\$00
Países fora da Europa	350\$00

As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.

AA 000120

DE DE 19

PAGUE A SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

CONTRA ESTE CHEQUE

CAIXA ECONÓMICA PORTUGUESA

ESC. 1

MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado da Emigração. Para o efeito, envio a importância de.....\$.....

NOME

MORADA.....

LOCALIDADE.....

PAÍS.....

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas



LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NOS TRAZEMO-LO PARA:

PORTUGAL CONTINENTAL

AÇORES

E MADEIRA

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES